

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ZÊNIA DE BRITO MAGALHÃES

**A INFLUÊNCIA DO MERCOSUL NO DESEMPENHO ECONÔMICO
DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO (2010-2023)**

GOIÂNIA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Zênia de Brito Magalhães

Título do trabalho: A influência do Mercosul no desempenho econômico do Centro-Oeste brasileiro (2010-2023)

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.



Termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Flavia Rezende Campos, Professora do Magistério Superior**, em 09/12/2025, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Zênia De Brito Magalhães, Discente**, em 09/12/2025, às 19:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5847217** e o código CRC **7287DD10**. Referência: Processo nº 23070.061151/2025-72 SEI nº 5847217 Termo de Ciência e de Autorização TCCG (RI) TECA 5847217 SEI 23070.061151/2025-72 / pg. 2

ZÊNIA DE BRITO MAGALHÃES

**A INFLUÊNCIA DO MERCOSUL NO DESEMPENHO ECONÔMICO
DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO (2010-2023)**

Trabalho apresentado a Universidade Federal de
Goiás, como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dr. Flávia Rezende Campos.

Orientador: Prof. _____

Co-orientador: Prof. _____

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de
Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Magalhães, Zênia de Brito

A influência do Mercosul do desempenho econômico do Centro-Oeste
brasileiro (2010-2023) [manuscrito]: / Zênia de Brito Magalhães. - 2025.
LXX, 70 f.: il. 2025

Orientadora: Prof(a). Dra. Flávia Rezende Campos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Goiás, [Unidade não informada], Ciências Sociais, Goiânia, 2025.

Inclui: siglas, grafico, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Mercosul. 2. Centro-oeste. 3. Desempenho Econômico. 4. Integração
Regional. 5. Comércio Exterior.

I. Campos, Flávia Rezende, orient. II. Título.

CDU 327



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao 5 dias do mês de dezembro de 2025 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "A influência do Mercosul no desempenho econômico do Centro-Oeste brasileiro (2010-2023)", de autoria de Zênia de Brito Magalhães", do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da UFG. Os trabalhos foram instalados pela professora Dra. Flávia Rezende Campos (FACE/UFG) - orientadora - com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: professora Dra. Andréa Freire de Lucena (FACE/UFG) e a professora Ms. Fernanda Alves Rodrigues da Silva. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,2, tendo sido o TCC considerado Aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Rezende Campos, Professora do Magistério Superior**, em 09/12/2025, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Freire De Lucena, Professora do Magistério Superior**, em 10/12/2025, às 21:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Alves Rodrigues Da Silva, Professora do Magistério Superior-Substituta**, em 16/12/2025, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5847162** e o código CRC **DDD4B469**. Referência: Processo nº 23070.061151/2025-72 SEI nº 5847162 Ata de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso 5847162 SEI 23070.061151/2025-72 / pg. 1

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente. Agradeço pela vida, pela sabedoria concedida e por ter sido meu refúgio em todos os momentos desta caminhada. Sem a Sua graça, nada disso seria possível.

À minha orientadora, Flávia, por ter aceitado o desafio de me guiar neste trabalho. Sou imensamente grata pelo suporte constante, pelas valiosas orientações e pela paciência em cada etapa. Seu apoio foi fundamental para que minhas ideias tomassem forma e este trabalho se concretizasse.

Aos professores do curso de Relações Internacionais, que foram essenciais na minha formação intelectual. Agradeço por expandirem meus horizontes, por desafiarem meu pensamento crítico e por me fornecerem a base teórica que tornou possível a escrita desta monografia.

Ao amor da minha vida, Victor, que esteve ao meu lado desde o início da graduação. Obrigada por ter sido meu porto seguro e por me dar forças, acreditando em mim e no meu potencial, especialmente nos momentos em que tudo parecia impossível.

À minha irmã, Rebeca. Obrigada por trazer bom humor e risadas que aliviaram o peso do estresse acadêmico, lembrando-me de que a vida vai muito além dos prazos e das provas. E, finalmente, ao meu companheiro felino, Oliver, cujo carinho silencioso foi meu grande apoio emocional.

"É justamente a possibilidade de realizar um sonho que torna a vida interessante". – Paulo Coelho

RESUMO

O presente trabalho dedicou-se a analisar a influência do Mercosul no desempenho econômico da região Centro-Oeste brasileira, abrangendo o período de 2010 a 2023. O objetivo central foi examinar como a cooperação intergovernamental do bloco se traduz em benefícios econômicos para essa região, permitindo sua inserção estratégica no comércio intrarregional, com o reconhecimento de que as regiões brasileiras respondem de forma heterogênea às dinâmicas do bloco. A metodologia utilizada adotou o conceito de "desempenho econômico" como categoria intermediária entre crescimento e desenvolvimento, sendo mensurado por uma série de indicadores quantitativos, como Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br e IBCR-CO) e, sobretudo, os fluxos de exportação e importação (FOB) do Centro-Oeste para o bloco, juntamente com a análise da pauta comercial. Por meio da análise empírica, foi confirmado o fato macroeconômico de que a região Centro-Oeste apresentou um descolamento positivo em relação à média brasileira, demonstrando maior resiliência e crescimento durante crises econômicas nacionais. Não obstante o notável dinamismo, foi concluído que esse desempenho econômico não foi impulsionado estruturalmente pelo Mercosul. Os resultados demonstram que o bloco possui apenas uma tímida relevância estrutural no comércio da região, sendo a participação nas exportações e importações do Centro-Oeste marginal em comparação com a atuação no comércio total brasileiro. É levantada a crítica de que há um descompasso entre a vocação produtiva agroexportadora do Centro-Oeste e a estrutura normativa do Mercosul, que prioriza a integração de cadeias industriais no eixo Brasil-Argentina, impondo limitações à pauta regional dominante.

Palavras-chave: Mercosul. Centro-Oeste. Desempenho Econômico. Integração Regional. Comércio Exterior.

ABSTRACT

This work focused on analyzing the influence of Mercosur on the economic performance of Brazil's Central-West region, covering the period from 2010 to 2023. The main objective was to examine how the bloc's intergovernmental cooperation translates into economic benefits for this region, enabling its strategic insertion into intra-regional trade, with the recognition that Brazilian regions respond heterogeneously to the bloc's dynamics. The methodology utilized adopted the concept of "economic performance" as an intermediate category between growth and development, being measured by a series of quantitative indicators, such as Gross Domestic Product (GDP), GDP per capita, the Central Bank Economic Activity Index (IBC-Br and IBCR CO) and, above all, the Central-West's export and import flows (FOB) with the bloc, together with the analysis of the trade agenda. Through empirical analysis, the macroeconomic fact was confirmed that the Central-West region experienced a positive decoupling from the Brazilian average, demonstrating greater resilience and growth during national economic crises. Despite the notable dynamism, it was concluded that this economic performance was not structurally driven by the regional bloc. The results demonstrate that the bloc has only a timid structural relevance to the region's trade, with its participation in the Central-West's exports and imports being marginal compared to its role in total Brazilian trade. A central criticism is raised that there is a mismatch between the Central-West's agro-export productive vocation and Mercosur's normative structure, which prioritizes the integration of industrial chains along the Brazil-Ar gentina axis, thereby imposing limitations on the dominant regional trade agenda.

Key-words: Mercosur. Central-West. Economic Performance. Regional Integration. Foreign Trade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Países do Mercosul	32
Figura 2 - Divisão territorial do Brasil (1950).....	35
Figura 3 - Mapa político do Centro-Oeste brasileiro (2017).....	36

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Resumo do arcabouço normativo do Mercosul e sua relevância para o Centro-Oeste (C.O.)	48
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação do Centro-Oeste no PIB nominal do Brasil (2010-2022).....	50
Gráfico 2 - Crescimento Nominal Anual do PIB (Centro-Oeste vs. Brasil), 2010-2022	51
Gráfico 3 - Evolução do PIB per capita por Unidade da Federação da região Centro-Oeste e Brasil (2010-2022).....	52
Gráfico 4 - Evolução dos Índices de Atividade (IBCR-CO vs. IBC-Br), base 2010=100 (2010-2023)	54
Gráfico 5 - Fluxo Comercial entre Centro-Oeste e Mercosul com valores em dólar (USD) FOB	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo PIB per capita do Brasil e Centro-Oeste em (R\$) (2010-2022).....	52
Tabela 2 - Índices de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil 2010=100, IBC-Br e IBCR-CO (2010-2023).....	54
Tabela 3 - Fluxo comercial Centro-Oeste e Mercosul com valores em (USD) FOB (2010-2023)	56
Tabela 4 - Análise de participação do Mercosul nas exportações do Centro-Oeste em milhões de USD (2010-2023).....	58
Tabela 5 - Análise de participação do Mercosul nas exportações do Brasil em milhões de USD (2010-2023).....	59
Tabela 6 - Top 10 Produtos exportados do Centro-Oeste para o Mundo com valores em US\$ FOB (2010-2023).....	60
Tabela 7 - Top 10 Produtos exportados do Brasil para o Mercosul com valores em US\$ FOB (2010-2023).....	61
Tabela 8 - Top 10 Produtos exportados do Centro-Oeste para o Mercosul com valores em US\$ FOB (2010-2023).....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE-14	Acordo de Complementação Econômica nº 14
ACE-18	Acordo de Complementação Econômica nº 18
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
C.O.	Centro-Oeste
CCM	Comissão de Comércio do Mercosul
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CMC	Conselho do Mercado Comum
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FOB	Free on Board (Livre a Bordo)
FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
GMC	Grupo Mercado Comum
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil
IBCR-CO	Índice de Atividade Econômica Regional da Região Centro-Oeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICR	Índice de Conteúdo Regional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MLG	Governança Multinível (Multi-level Governance)
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAC	Política Automotiva Comum
PIB	Produto Interno Bruto
PRODUZIR	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
SIF	Serviço de Inspeção Federal

SPS Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Sanitary and Phytosanitary) Sudeco

Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste TEC Tarifa Externa

Comum

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	21
2.1 COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES NA ANARQUIA INTERNACIONAL.....	21
2.2 TEORIAS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL	25
2.3 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL.....	29
3 DESEMPENHO ECONÔMICO REGIONAL: UMA ANÁLISE PARA O CENTRO OESTE BRASILEIRO	34
3.1 A REGIÃO CENTRO-OESTE: FORMAÇÃO HISTÓRICA E PANORAMA ECONÔMICO.....	34
3.2 DESEMPENHO ECONÔMICO REGIONAL: CONCEITO E MENSURAÇÃO	40
4 O PAPEL DO MERCOSUL NO DESEMPENHO ECONÔMICO DO CENTRO OESTE (2010-2023)	45
4.1 O ARCABOUÇO NORMATIVO DO MERCOSUL E SEUS CANAIS DE TRANSMISSÃO PARA O CENTRO-OESTE.....	45
4.1.1 O canal das commodities: Acordo de Complementação Econômica nº 18 e Acordos de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.....	46
4.1.2 O canal industrial: Acordo de Complementação Econômica nº 14	47
4.1.3 As limitações e exclusões: o regime do açúcar.....	48
4.2 O DESEMPENHO DO CENTRO-OESTE E SUA RELAÇÃO COMERCIAL COM O MERCOSUL	49
4.2.1 O fato macroeconômico: o descolamento do Centro-Oeste do Brasil.....	49
4.2.2 Fluxos, saldo e volatilidade do comércio entre Centro-Oeste e Mercosul	55
4.2.3 A descoberta principal: a tímida relevância estrutural do bloco.....	58
4.2.4 O perfil da troca e o descompasso das pautas	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

O desejo de cooperação entre Estados racionais é um tópico amplamente debatido nas Relações Internacionais. Robert Keohane (1984) argumenta que os Estados são atores racionais que buscam maximizar seus ganhos e, ao fazê-lo, percebem que a cooperação mediada por Instituições pode ser mais vantajosa do que a competição pura. Dessa maneira, a anarquia internacional não impede a cooperação. O autor define a cooperação intergovernamental como algo que “ocorre quando as políticas efetivamente seguidas por um governo são consideradas por seus parceiros como facilitadoras da realização de seus próprios objetivos, como resultado de um processo de coordenação de políticas” (Keohane, 1984, p. 51, 52, tradução própria).

A integração econômica tem se consolidado como uma estratégia de cooperação intergovernamental relevante no cenário global contemporâneo. O economista húngaro Bela Balassa destaca a integração econômica como um processo progressivo, com diferentes graus de união, que resulta na eliminação substancial de obstáculos ao fluxo econômico, promovendo maior eficiência no uso de recursos e no desempenho conjunto dos Estados cooperantes (Balassa, 1961). Blocos econômicos nascidos nas últimas décadas, como a União Europeia, a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) e o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) demonstram como essa estratégia é relevante ao gerar ganhos mútuos em termos de comércio e desempenho regional.

Nesse contexto, o Mercosul (Mercado Comum do Sul) se apresenta como a principal iniciativa de integração econômica da América Latina. O bloco econômico foi fundado em 26 de março de 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Seu objetivo principal é a constituição de um mercado comum entre os Estados, promovendo a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, ademais da adoção de uma política comercial comum e da harmonização de políticas macroeconômicas (Brasil, 2025). Desde sua criação, o Mercosul teve influência significativa no desempenho da economia brasileira, principalmente em relação ao comércio dentro do bloco, aumentando suas exportações intrarregionais (Ipea, 2015).

Diante disso, é importante observar que a influência do Mercosul no país apresenta dinâmicas diversas em cada uma de suas regiões. Sendo assim, esse trabalho foca na região Centro-Oeste brasileira como um espaço estratégico de análise. Em primeira instância, é preciso compreender que as regiões brasileiras, como as conhecemos hoje, foram divididas pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1970 com base em critérios de homogeneidade física, social e econômica (Perides, 1994). Na primeira divisão de 1942, o Centro-Oeste incluía os estados de Goiás, incluindo o território do atual Tocantins, e Mato Grosso compreendendo os territórios dos atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Com a criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977, a divisão de Goiás em 1988 e a consolidação do Distrito Federal como unidade federativa em 1960, a configuração atual da região passou a incluir Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal (Contel, 2014).

A região foi agrupada dessa forma por apresentar características comuns de ocupação recente, baixa densidade populacional e forte presença de atividades agropecuárias voltadas ao mercado nacional e internacional (Velasco, 1988). Nas últimas quatro décadas, a região tem se destacado entre as macrorregiões brasileiras por seu desempenho econômico, com uma participação no PIB de cerca de 10% no ano de 2013 comparado a 3,8% no ano de 1970 (Miragaya, 2014). Esse aumento na participação foi impulsionado principalmente pelo aumento da produtividade agrícola e pela expansão da agropecuária (Miragaya, 2014). De acordo com o Banco Central do Brasil, no ano de 2022 o IBCR-CO (Índice de Atividade Econômica Regional da Região Centro-Oeste) aumentou em 5,9%. Com isso, notou-se um crescimento de 44,9% das exportações da região, principalmente de soja, milho, e de carne bovina. Ademais, as importações cresceram em 16,9% no mesmo período, levando a um superávit acrescido de 62,9% (Banco Central do Brasil, 2023).

Dado o significativo desempenho econômico da região Centro-Oeste no PIB brasileiro, o objetivo do trabalho é analisar a influência regional do Mercosul no período de 2010 a 2023. Será explorado como a cooperação intergovernamental pode gerar benefícios econômicos na região, permitindo que o Centro-Oeste brasileiro se insira de forma estratégica no comércio intrarregional, aproveitando as oportunidades criadas pelos acordos econômicos do bloco. O estudo visa analisar não apenas o Estado brasileiro como uma unidade homogênea, mas também leva em conta a maneira como regiões diferentes respondem de maneiras diversas às dinâmicas do bloco econômico.

No contexto deste estudo, o desempenho econômico será definido como a evolução da capacidade da região Centro-Oeste de gerar riqueza e promover crescimento sustentado da produção, e será analisado sob a ótica da sua integração no Mercosul. Essa definição foi elaborada com base em uma síntese dos conceitos de desempenho econômico usados pelo Banco Central do Brasil, IBGE e IPEA, sendo adaptado da forma que melhor se encaixa no

contexto da pesquisa. Para mensurar o alcance da influência da integração econômica, serão usados como parâmetros do desempenho o Produto Interno Bruto (PIB) do Centro-Oeste, seu PIB per capita, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), as exportações e importações (FOB) do Centro-Oeste para o Mercosul, a pauta de exportação e importação e o saldo da balança comercial da região.

Para a aplicação desses indicadores, a presente pesquisa delimita-se temporalmente ao período compreendido entre 2010 e 2023. Esta escolha justifica-se pela necessidade de analisar o desempenho econômico da região Centro-Oeste em um intervalo que abrange a consolidação de seu papel como protagonista na balança comercial brasileira, impulsionada pelo dinamismo do agronegócio (Castro, 2014). O ano inicial, 2010, marca um período de recuperação pós-crise financeira global de 2008 e o auge de um ciclo de valorização das commodities, fundamental para a base produtiva regional (Cano, 2012). A extensão da análise até 2023 permite compreender a resiliência da economia do Centro-Oeste diante de diferentes cenários macroeconômicos, incluindo a recessão brasileira de 2015-2016 e os choques de oferta e demanda provocados pela pandemia de COVID-19 (IBGE, 2025). Além disso, possibilita observar as flutuações nas relações comerciais intrabloco do Mercosul, captando mudanças nas políticas de comércio exterior e a influência da pauta exportadora regional nas trocas com os parceiros do Cone Sul.

A opção por não estender a análise aos períodos pré-Mercosul ou de sua fundação (década de 1990) justifica-se metodologicamente pela necessidade de evitar o viés estatístico provocado pelo boom inicial do comércio intrabloco. Conforme apontam Araujo Jr. e Costa (2010), os primeiros anos de integração foram marcados por um crescimento atípico impulsionado pela remoção tarifária inicial e estabilização monetária, dinâmica que não se sustenta no cenário contemporâneo. O recorte de 2010 a 2023 foca na fase de 'maturidade' e, por vezes, de estagnação das relações comerciais do bloco, permitindo uma avaliação mais realista dos impactos atuais do acordo sobre o Centro-Oeste (Thorstensen, 2013). Ademais, segundo Castro (2014), este período reflete uma economia regional já consolidada produtivamente e inserida em um novo contexto global marcado pela reprimarização da pauta exportadora e pela ascensão da demanda asiática, variáveis que alteraram profundamente a importância relativa do Mercosul para a região.

Para a consecução dos objetivos propostos, este trabalho adota uma abordagem de natureza quantitativa, classificada quanto aos seus objetivos como exploratória e descritiva. A

dimensão exploratória justifica-se pela necessidade de aprofundar o entendimento sobre a dinâmica específica da inserção do Centro-Oeste no Mercosul, um tema que requer a articulação de variáveis regionais e internacionais, enquanto o caráter descritivo reside na exposição detalhada das características e da evolução dos indicadores econômicos selecionados.

A base empírica da pesquisa foi construída a partir de dados oficiais disponibilizados por instituições governamentais e de pesquisa econômica (fontes secundárias), sendo as principais fontes o Sistema de Contas Regionais do IBGE, para dados de PIB e PIB per capita; o Comex Stat (MDIC), para fluxos de comércio exterior; e o Banco Central do Brasil (Bacen), para o Índice de Atividade Econômica Regional (IBC-Br). O tratamento dos dados seguiu o método da estatística descritiva, analisando a evolução histórica dos valores monetários correntes, tabulados e convertidos em gráficos e tabelas. A análise procedeu-se através do cálculo de variações percentuais, participações relativas e médias anuais, permitindo identificar ciclos de expansão e retração, bem como mudanças na pauta produtiva e comercial da região, interpretando-os à luz do contexto político-econômico do período.

Para alcançar os objetivos propostos, esta monografia está organizada em três capítulos principais, além das considerações finais. O primeiro capítulo estabelece a base teórica e conceitual do estudo, discutindo inicialmente os desafios da cooperação entre Estados em um sistema internacional anárquico, com ênfase na contribuição do institucionalismo neoliberal de Robert Keohane (1984). Em seguida, são apresentadas as principais teorias de integração econômica regional, com destaque para a tipologia de Bela Balassa (1961) e sua aplicação ao caso do Mercosul. Por fim, o capítulo analisa o processo de integração do Mercosul, abordando sua formação histórica, principais acordos e estrutura institucional, com atenção especial ao papel do Brasil no bloco e aos impactos econômicos observados entre 2010 e 2023.

O segundo capítulo engloba a análise da região Centro-Oeste brasileira, apresentando sua formação histórica, características socioeconômicas e panorama econômico recente, além de definir o conceito de desempenho econômico adotado na pesquisa e os indicadores utilizados para sua mensuração. Já o terceiro capítulo constitui o núcleo analítico do trabalho, no qual são examinados os dados empíricos sobre o desempenho econômico do Centro-Oeste no contexto da integração com o Mercosul. A análise é dividida entre os indicadores de produção e riqueza, os fluxos comerciais com o bloco e o cruzamento entre marcos institucionais do Mercosul e variações nos indicadores regionais. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados e respondem à pergunta de pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

2.1 COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES NA ANARQUIA INTERNACIONAL Kenneth Waltz em seu livro *Theory of International Politics*, de 1979, oferece uma base teórica para a compreensão dos limites e possibilidades da cooperação entre Estados em um Sistema Internacional anárquico. O autor argumenta que em um sistema de autoajuda, consequência da anarquia, os Estados não podem contar com uma autoridade central para garantir sua segurança, o que os obriga a desenvolver suas próprias capacidades de defesa e sobrevivência. De acordo com sua visão neorrealista, essa condição estrutural impõe restrições à cooperação, pois mesmo quando há ganhos mútuos possíveis, os Estados se preocupam com a distribuição relativa desses ganhos, temendo que o outro lado adquira uma vantagem e a use para fins hostis. Dessa forma, a insegurança inerente à anarquia leva os Estados a priorizarem sua autonomia e a evitarem situações de dependência, mesmo que isso signifique renunciar a benefícios econômicos potenciais (Waltz, 1979).

Ademais, o autor argumenta que, diferentemente do nível doméstico, onde a interdependência é incentivada por uma autoridade central, no Sistema Internacional a ausência de governo impede que os Estados se integrem plenamente. Ele afirma que "em um sistema de autoajuda, cada unidade gasta parte de seu esforço não em promover seu próprio bem, mas em prover os meios de se proteger contra os outros" (Waltz, 1979, p. 106, tradução própria). Isso significa que os Estados resistem à integração por receio de se tornarem dependentes de outros. Sendo assim, a estrutura anárquica limita a cooperação ao moldar os comportamentos estatais de forma a desencorajar a interdependência profunda. A integração regional, nesse contexto, só é possível se os Estados perceberem que os ganhos superam os riscos de vulnerabilidade, o que é raro em um sistema onde a sobrevivência é o principal objetivo (Waltz, 1979).

Assim, o autor desdobra sua argumentação mostrando que a estrutura do Sistema Internacional impõe barreiras que não podem ser superadas apenas pela boa vontade dos Estados, mesmo diante de incentivos racionais para a cooperação. Ele observa que "o problema é que o comportamento racional, dadas as restrições estruturais, não leva aos resultados desejados" (Waltz, 1979, p. 109, tradução própria). Isto é, mesmo quando os Estados reconhecem a necessidade de agir coletivamente para enfrentar desafios como desenvolvimento, a ausência de uma autoridade superior impede a coordenação eficaz. Portanto, a cooperação depende das condições estruturais que moldam suas opções. Para ele, as instituições internacionais podem facilitar a cooperação, mas não eliminam os dilemas

fundamentais da anarquia, pois não possuem autoridade coercitiva sobre os Estados (Waltz, 1979). Em suma, para Waltz, a cooperação profunda e duradoura é improvável porque o medo da dependência e da trapaça, inerente à anarquia, sempre se sobrepõe aos potenciais benefícios dos ganhos mútuos.

Para aprofundar o debate sobre a possibilidade de cooperação entre Estados, outro importante conceito é a “interdependência complexa”. Robert Keohane e Joseph Nye introduzem o conceito na obra *Power and Interdependence*, que é trazido como uma alternativa ao modelo analítico realista tradicional das Relações Internacionais e que privilegia o uso da força e a centralidade do poder militar. Os autores não negam a anarquia, mas argumentam que o realismo de Waltz não captura a complexidade das relações internacionais contemporâneas

(Keohane; Nye, 1977). A interdependência, como conceito analítico, é definida como situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores localizados em diferentes países. Esses efeitos geralmente decorrem de transações que atravessam fronteiras nacionais, como fluxos de dinheiro, bens, pessoas e informação. No entanto, os autores distinguem interdependência de interconectividade, pois a primeira só existe quando essas transações geram efeitos custosos, ou seja, quando há restrições significativas associadas a elas (Keohane; Nye, 1977).

A interdependência complexa é caracterizada por três elementos principais. O primeiro é a existência de múltiplos canais de contato entre as sociedades, que incluem relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais (Keohane; Nye, 1977). Isso significa que, além das interações formais entre governos, há também interações diretas entre atores não estatais, como empresas multinacionais e organizações não governamentais. Esses canais múltiplos tornam as políticas domésticas e externas cada vez mais interligadas, dificultando a separação entre o que é interno e o que é internacional (Keohane; Nye, 1977).

O segundo elemento é a ausência de uma hierarquia clara entre os temas da agenda internacional, que na visão realista devem privilegiar as questões de segurança. Questões econômicas, ambientais, tecnológicas e sociais passam a ter tanta relevância quanto os temas de segurança e, muitas vezes, surgem de políticas domésticas que afetam outros países. Isso gera uma agenda diversificada, na qual diferentes temas mobilizam diferentes coalizões e interesses, tanto dentro dos governos quanto entre eles (Keohane; Nye, 1977). O terceiro elemento é a marginalização do uso da força militar como instrumento de política entre os países industrializados. Embora a força ainda seja relevante em algumas regiões e em certos

contextos, ela se torna menos eficaz e mais custosa, especialmente quando os objetivos são econômicos ou ecológicos. Além disso, o uso da força pode prejudicar outras relações mutuamente benéficas, tornando-se contraproducente (Keohane; Nye, 1977).

Ademais, dentro desse modelo, os autores distinguem entre dois tipos de interdependência, uma marcada pela sensibilidade e outra pela vulnerabilidade. A sensibilidade se refere à rapidez e intensidade com que mudanças em um país afetam outro, enquanto a vulnerabilidade diz respeito à capacidade de adaptação a essas mudanças e à disponibilidade de alternativas (Keohane; Nye, 1977). Em síntese, nesse modelo analítico, os Estados estão conectados por múltiplos canais de interação, econômicos, sociais, ambientais e institucionais, que tornam o Sistema Internacional mais interdependente, o que reduz a eficácia da coerção militar e aumenta a importância da negociação, da diplomacia e das Instituições Internacionais como mecanismos de coordenação e resolução de conflitos (Keohane; Nye, 1977).

Para complementar a justificativa de que mesmo em um ambiente anárquico os Estados podem optar de forma racional pela cooperação, Keohane traz em seu livro *After Hegemony* uma nova argumentação envolvendo as Instituições Internacionais. Robert Keohane demonstra que, mesmo nesse ambiente, a cooperação é possível e pode ser sustentada por meio de Instituições Internacionais que reduzem a incerteza e os custos de transação (Keohane, 1984). Segundo o autor, a cooperação nesse contexto não depende da existência de harmonia entre os interesses nacionais, mas da capacidade dos Estados de ajustar suas políticas por meio de mecanismos institucionais (Keohane, 1984). Esses mecanismos criam padrões de comportamento, aumentam a previsibilidade e facilitam a coordenação de ações entre os atores internacionais. Assim, mesmo em um sistema descentralizado, os Estados podem encontrar incentivos racionais para cooperar, desde que existam instituições que promovam confiança e transparência (Keohane, 1984).

Para melhor analisar a cooperação, Keohane (1984) propõe uma distinção conceitual entre três situações, a harmonia, a cooperação e a discórdia. A harmonia, por um lado, ocorre quando as ações dos atores, mesmo que motivadas por interesses próprios, contribuem automaticamente para os objetivos dos outros, sem necessidade de ajustes ou coordenação. A cooperação, por outro lado, exige ajustes deliberados de comportamento entre os atores, por meio de processos de coordenação de políticas. Ela ocorre quando os governos modificam suas ações em resposta às preferências reais ou antecipadas de outros, com o objetivo de facilitar a realização de objetivos mútuos (Keohane, 1984).

A discórdia, por sua vez, caracteriza-se pela ausência de esforços de coordenação. É uma situação em que os governos percebem as políticas uns dos outros como obstáculos à realização de seus próprios objetivos e, frequentemente, tentam induzir mudanças por meio de pressão, barganha ou conflito. Dessa forma, a cooperação não é a ausência de conflito, mas uma resposta a ele. Ela surge em contextos de discórdia ou de potencial conflito, e não de harmonia. Assim, o autor enfatiza que a cooperação é um fenômeno político, que envolve negociação, influência e, muitas vezes, concessões mútuas (Keohane, 1984).

Outro conceito central abordado por Keohane é o de “regimes internacionais”. O autor adota a definição proposta por Stephen Krasner, segundo a qual regimes são “conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, explícitos ou implícitos, em torno dos quais convergem as expectativas dos atores em uma área específica das relações internacionais” (Keohane, 1984, p. 57, tradução própria). Os princípios são crenças sobre fatos, causalidade e retidão, as normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações, as regras são prescrições ou proibições específicas para ação, e os procedimentos de decisão são práticas predominantes para a tomada e implementação de decisões coletivas. Esses regimes funcionam como estruturas institucionais que reduzem os custos de transação, organizam a informação e criam incentivos para o cumprimento de compromissos. Ao estabelecerem padrões de conduta e mecanismos de monitoramento, os regimes internacionais ajudam a mitigar os problemas de ação coletiva e a superar dilemas de confiança entre os Estados (Keohane, 1984).

Keohane (1984) também discute a relação entre regimes internacionais e a soberania estatal. Ele argumenta que, ao contrário das leis federais em sistemas domésticos, os regimes internacionais não têm autoridade superior para impor suas regras. O sistema internacional é descentralizado e baseado no princípio da soberania e da autoajuda, o que torna os regimes mais frágeis e dependentes da aceitação voluntária pelos Estados. Ainda assim, ele destaca que os regimes podem promover a cooperação ao facilitar a coordenação de políticas e ao reduzir os custos de transação, mesmo em um ambiente anárquico (Keohane, 1984). Portanto, as instituições, embora não eliminem a anarquia, podem alterar drasticamente os incentivos dos Estados, tornando a cooperação uma estratégia estável.

Em suma, Waltz define o problema estrutural da anarquia que dificulta a cooperação. Keohane e Nye, em *Power and Interdependence*, mostram que a realidade da interdependência

muda os incentivos dos Estados. Finalmente, Keohane, em *After Hegemony*, oferece a solução

teórica, explicando como as instituições permitem que atores racionais cooperem.

2.2 TEORIAS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

A relação entre integração econômica e cooperação internacional é um fenômeno multifacetado que vem sendo amplamente explorado desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Balassa, 1961). Para examinar esse fenômeno mais profundamente iniciaremos a discussão com base no livro *The Theory of Economic Integration* do economista Bela Balassa (1961).

Nessa obra, o autor introduz o conceito de integração econômica, destacando sua complexidade e a multiplicidade de interpretações que o termo pode assumir. Ele observa que, embora na linguagem comum “integração” signifique a junção de partes em um todo, no campo da economia o termo carece de uma definição precisa, sendo por vezes confundido com cooperação internacional ou até mesmo com a simples existência de relações comerciais entre países independentes. Para esclarecer o conceito, o autor propõe defini-lo tanto como um processo quanto como um estado de coisas. Como processo, a integração econômica envolve medidas destinadas a abolir discriminações entre unidades econômicas pertencentes a diferentes estados nacionais. Como estado de coisas, ela se caracteriza pela ausência de discriminações entre economias nacionais (Balassa, 1961).

Balassa (1961) distingue integração de cooperação, argumentando que a diferença entre ambas é qualitativa e quantitativa. Enquanto a cooperação visa reduzir discriminações, a integração implica sua supressão. Assim, acordos internacionais sobre políticas comerciais pertencem ao domínio da cooperação, enquanto a eliminação de barreiras comerciais constitui um ato de integração econômica. Ele classifica os graus de integração em cinco formas principais, área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica completa (Balassa, 1961). Na área de livre comércio, eliminam-se tarifas entre os países participantes, mas cada um mantém suas tarifas frente a terceiros. A união aduaneira, além de eliminar discriminações no comércio interno, iguala as tarifas externas, é aqui onde o Mercosul se encaixa, como veremos mais adiante. O mercado comum vai além, abolindo também restrições à movimentação de fatores de produção. A união econômica combina a livre circulação de bens e fatores com alguma harmonização de políticas econômicas nacionais. Por fim, a integração econômica completa pressupõe a unificação das políticas monetária, fiscal, social e anticíclica, sob uma autoridade supranacional cujas decisões são vinculantes (Balassa, 1961).

O economista complementa sua análise observando que nos países em desenvolvimento, o principal objetivo da integração é o desenvolvimento econômico. A integração é vista como meio de ampliar o mercado para a industrialização, explorar

economias de escala e aumentar o poder de barganha internacional. Para melhor mensurar os efeitos da integração econômica, Balassa (1961) propõe que a eficiência dinâmica seja o principal critério de sucesso, complementado pela análise dos efeitos distributivos e da estabilidade econômica. Assim, o autor define o conceito de eficiência dinâmica como a taxa de crescimento hipotética da renda nacional com uso e poupança de recursos dados. Ele argumenta que a integração pode aumentar essa taxa ao melhorar a alocação de investimentos, reduzir incertezas e promover mudanças tecnológicas (Balassa, 1961).

O autor Ernst B. Haas (2004) discute a teoria do neofuncionalismo como uma tentativa de explicar o processo político que impulsiona a integração, para além do cálculo puramente econômico. Em sua obra *The Uniting of Europe*, o conceito de *spill-over* (transbordamento) é central para a compreensão da lógica expansiva da integração regional. Ele se refere ao processo pelo qual a integração em um setor técnico-econômico específico gera interdependências e problemas que só podem ser resolvidos por meio da integração de setores adjacentes. O autor usa o exemplo de como na Europa, com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA),

o setor de carvão e o aço gerou interdependências que só podem ser resolvidos por meio da integração de setores como transporte, política cambial, investimentos, normas sanitárias e sociais (Haas, 2004).

Além disso, o autor mostra que, ao se criar um mercado comum para carvão e aço, surgem demandas por políticas complementares, como harmonização de impostos, coordenação de investimentos e controle de preços. Essas demandas se tornam políticas, pois envolvem decisões que afetam interesses diversos. Assim, o transbordamento não é automático, mas impulsionado por atores sociais e políticos que percebem que seus objetivos só podem ser alcançados com mais integração (Haas, 2004).

Desta forma, nesse processo, os atores centrais são as elites políticas e técnicas, como parlamentares, ministros e altos funcionários, e os grupos de interesse organizados, como sindicatos e associações empresariais. Esses atores, ao buscarem defender ou expandir seus interesses, pressionam por mais integração. Um exemplo explorado pelo autor em sua obra são os sindicatos e partidos socialistas, que passaram a apoiar a ampliação da integração porque viam nas instituições supranacionais um meio de alcançar políticas de bem-estar social e

controle democrático da economia. Já setores empresariais, mesmo inicialmente contrários, passaram a apoiar a integração quando perceberam que ela poderia protegê-los da concorrência ou garantir investimentos (Haas, 2004).

O *spill-over* também se manifesta na necessidade de harmonizar políticas nacionais para que o setor integrado funcione adequadamente. Outro exemplo apresentado por Haas é a coordenação de políticas fiscais e monetárias, que se tornou inevitável para garantir o funcionamento do mercado comum do aço, o que levou a decisões intergovernamentais que extrapolavam o escopo inicial da integração (Haas, 2004).

A integração regional sob a perspectiva de Andrew Hurrell (2007) desloca o foco tradicional das dinâmicas internas dos blocos para suas razões externas, situando o regionalismo dentro da arquitetura mais ampla da ordem internacional. Em vez de ver os processos regionais como extensões de interesses locais ou como réplicas do modelo europeu, Hurrell (2007)

propõe que a integração regional deve ser compreendida como uma resposta estratégica às pressões sistêmicas da globalização, especialmente no contexto pós-Guerra Fria. Nesse cenário, regiões fora da Europa, como a América do Sul, não apenas reagem a dinâmicas internas, mas se posicionam frente a um mundo marcado por assimetrias de poder, interdependência econômica e desafios à soberania estatal (Hurrell, 2007).

O “novo regionalismo”, segundo o autor, emerge como uma tentativa de reestruturar o espaço político e econômico em resposta à intensificação da globalização. Para os países em desenvolvimento, a integração regional não é apenas uma escolha funcional, mas uma necessidade estratégica. Primeiramente, ela serve para aumentar o poder de barganha coletivo em negociações internacionais, permitindo que Estados menores ou economicamente frágeis se articulem em coalizões capazes de influenciar normas globais, como nas disputas comerciais na OMC (Organização Mundial do Comércio). Em segundo lugar, a integração é um mecanismo para gerenciar os impactos da economia global, oferecendo um espaço intermediário onde é possível negociar regras de “integração profunda” com maior consenso social e político, o que seria mais difícil em fóruns multilaterais amplos. Por fim, o regionalismo é visto como uma plataforma para promover o desenvolvimento e a estabilidade em um mundo desigual, funcionando como um instrumento de proteção contra crises econômicas e políticas (Hurrell, 2007).

A Governança Multinível (MLG), conforme desenvolvida por Liesbet Hooghe e Gary Marks (2001), é uma ferramenta analítica poderosa para mapear a estrutura de poder em

sistemas políticos integrados, como a União Europeia ou o Mercosul. Essa abordagem rompe com a visão tradicional de soberania estatal indivisível, propondo que a autoridade política é compartilhada entre múltiplos níveis de governo. A MLG permite compreender como decisões

políticas são tomadas em contextos em que diferentes atores, supranacionais, nacionais e subnacionais, interagem e negociam (Hooghe; Marks, 2001).

A premissa central da MLG é que a autoridade política não está mais concentrada exclusivamente no Estado-nação. Em vez disso, ela é dispersa e compartilhada entre diferentes níveis de governo. No nível supranacional, instituições como o Mercosul exercem autoridade normativa e regulatória sobre temas como comércio, infraestrutura e integração regional. No nível nacional, o governo federal brasileiro continua sendo um ator central, responsável por representar o país nas negociações e por implementar políticas nacionais alinhadas aos compromissos regionais. Já no nível subnacional, os governos estaduais, por exemplo do Centro-Oeste brasileiro, com destaque para suas associações setoriais ligadas ao agronegócio, emergem como atores relevantes, especialmente quando buscam influenciar decisões que afetam diretamente suas economias locais (Hooghe; Marks, 2001).

Dessa maneira, a MLG destaca a importância crescente do nível subnacional, oferecendo um modelo teórico para analisar como regiões específicas, como o Centro-Oeste brasileiro, podem interagir com estruturas supranacionais, como o Mercosul. Essa região, fortemente dependente do agronegócio, tem interesses econômicos específicos que podem ser impactados por decisões tomadas no âmbito do Mercosul, como tarifas de exportação ou acordos comerciais com países terceiros. Ademais esse modelo analítico permite entender como esses governos estaduais podem buscar influenciar tais decisões, seja por meio de articulações com o governo federal seja por meio de canais diretos com instituições regionais ou supranacionais (Hooghe; Marks, 2001).

Esses canais de acesso são fundamentais na lógica da MLG. Eles incluem, por exemplo, a criação de escritórios de representação em centros decisórios, como Brasília ou Assunção, a participação em redes transnacionais de regiões com interesses comuns, e o uso de instrumentos institucionais como comitês consultivos ou fóruns intergovernamentais. Tais canais permitem que atores subnacionais não apenas recebam informações, mas também façam *lobby*, formem coalizões e influenciem a formulação de políticas. A experiência europeia mostra que, mesmo em contextos em que os governos centrais mantêm o controle formal, os atores subnacionais

29

podem conquistar espaço político significativo por meio da mobilização estratégica e da construção de alianças (Hooghe; Marks, 2001).

Dessa forma, a Governança Multinível complementa a lente analítica para conectar a macropolítica do Mercosul com os impactos econômicos microrregionais. Ao reconhecer a

interdependência entre os diferentes níveis de governo e a multiplicidade de canais de influência, a MLG permite compreender como decisões tomadas em instâncias supranacionais reverberam nas dinâmicas locais, afetando diretamente regiões como o Centro-Oeste brasileiro. Essa abordagem é, portanto, essencial para analisar como a estrutura institucional do Mercosul molda oportunidades e desafios para os atores subnacionais inseridos em economias regionais específicas.

2.3 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL

Diante da fundamentação teórica apresentada, que evidencia tanto os desafios estruturais da cooperação internacional quanto os mecanismos institucionais que a tornam possível, torna-se pertinente analisar como esses conceitos se materializam no contexto latino americano. A partir das contribuições de autores analisados, compreende-se que a integração regional não é apenas um fenômeno econômico, mas também político e institucional, moldado por dinâmicas internas e externas. Nesse sentido, o Mercosul surge como um exemplo de tentativa de integração regional no Sul Global, com características próprias e trajetórias distintas das experiências europeias. A seguir, será explorado o processo de integração do Mercosul, com o objetivo de compreender como esse bloco tem se estruturado ao longo do tempo e quais implicações isso traz para os países-membros, especialmente para o Brasil e, mais especificamente, para a região Centro-Oeste.

Em março de 1991 foi assinado o Tratado de Assunção na cidade de Assunção, Paraguai, pelos quatro países fundadores, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Esses países, denominados “Estados Partes”, comprometeram-se a constituir um Mercado Comum até 31 de dezembro de 1994, denominado MERCOSUL. O tratado estabeleceu a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, e a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC). Também previu a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, como as de comércio exterior, agricultura, indústria e finanças. O tratado destaca a importância da integração regional como resposta à consolidação de grandes blocos econômicos internacionais e como meio de promover o desenvolvimento econômico com justiça social. Os signatários reafirmaram a vontade política de estreitar os laços entre seus povos e modernizar suas economias. O tratado foi firmado por representantes dos quatro

governos, incluindo os presidentes e ministros das Relações Exteriores e da Economia de cada país (Mercosul, 1991).

Outro marco fundamental na consolidação institucional do Mercosul foi o Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994, que estabelece a estrutura organizacional e jurídica do bloco.

Ele definiu os principais órgãos com capacidade decisória, o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), além de outros órgãos consultivos e operacionais, como a Comissão Parlamentar Conjunta, o Foro Consultivo Econômico-Social e a Secretaria Administrativa (Mercosul, 1994).

O CMC é o órgão superior do bloco, responsável pela condução política do processo de integração e pela tomada de decisões estratégicas. É composto pelos Ministros das Relações Exteriores e da Economia dos Estados Partes, podendo reunir-se com a presença dos Presidentes. Suas decisões são obrigatórias para os membros e expressas por meio de "Decisões". O GMC atua como órgão executivo do Mercosul, encarregado de implementar as decisões do CMC e coordenar políticas macroeconômicas e comerciais. É composto por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e dos Bancos Centrais de cada país membro. Suas deliberações são formalizadas por "Resoluções", também de caráter obrigatório. Já a CCM tem como função principal zelar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum, acompanhar o comércio intrabloco e com terceiros países, e propor ajustes técnicos. Ela se manifesta por meio de "Diretrizes", igualmente vinculantes. A estrutura do bloco é complementada por órgãos auxiliares, como Comitês Técnicos, Reuniões Especializadas e Grupos Ad Hoc, que garantem a operacionalização das políticas acordadas no Protocolo de Ouro Preto (Mercosul, 1994). Sendo assim, o documento atribui personalidade jurídica internacional ao Mercosul, permitindo-lhe firmar acordos e atuar juridicamente.

A Tarifa Externa Comum (TEC) é um dos pilares da união aduaneira do Mercosul, consistindo em um conjunto de alíquotas aplicadas de forma uniforme pelos Estados Partes sobre produtos importados de fora do bloco. Seu objetivo é garantir uma política comercial comum frente a terceiros países, promovendo a integração econômica e evitando a concorrência desleal entre os membros. A aplicação da TEC é supervisionada pela Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), que também pode propor revisões nas alíquotas para atender a novas atividades produtivas ou ajustes estratégicos (Mercosul, 1994).

Complementar à TEC, a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é o sistema de classificação de mercadorias adotado pelos países do bloco, baseado no Sistema Harmonizado

31

de Designação e Codificação de Mercadorias. Ele permite a padronização das tarifas e facilita o controle aduaneiro, a coleta de estatísticas comerciais e a aplicação de políticas comerciais e fiscais. A NCM é essencial para a operacionalização da TEC, pois define com precisão os produtos sujeitos às alíquotas comuns (Mercosul, 1994).

O processo de adesão de novos membros ao Mercosul reflete a busca contínua pela

integração regional na América do Sul. A entrada da Venezuela no bloco foi formalizada com a assinatura do Protocolo de Adesão em 2006, em Caracas, e previa a incorporação gradual do acervo normativo do Mercosul em até quatro anos, além da adoção da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e do Tarifa Externa Comum (TEC). A Venezuela também se comprometeu a alcançar o livre comércio com os demais Estados Partes em prazos específicos, com exceções para produtos sensíveis (Mercosul, 2006). No entanto, em 2017, os Estados Partes decidiram suspender a Venezuela com base no Protocolo de Ushuaia, que estabelece a plena vigência das instituições democráticas como condição essencial para a integração. A decisão foi tomada após constatações de ruptura da ordem democrática e da recusa do governo venezuelano em realizar consultas no marco do Protocolo (Mercosul, 2017).

A Bolívia, por sua vez, iniciou seu processo de adesão ao Mercosul em 2006, com a manifestação formal do então presidente Evo Morales. O Protocolo de Adesão foi assinado em 2015, em Brasília, e estabeleceu que a Bolívia adotaria gradualmente o acervo normativo do bloco em até quatro anos, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e reconhecimento das assimetrias. O documento também prevê a adoção do TEC, do regime de origem e a integração da Bolívia nas negociações com terceiros países, além de garantir a condição de Estado Parte com todos os direitos e obrigações após a entrada em vigor do Protocolo. A adesão boliviana é vista como estratégica para a consolidação da integração sul americana, promovendo o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais (Mercosul, 2015).

No contexto do Mercosul, é importante distinguir os Estados Partes dos Estados Associados. Os Estados Partes são aqueles que aderiram plenamente ao Tratado de Assunção e aos protocolos complementares, como Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e, após a ratificação completa, a Bolívia, e a Venezuela que se encontra suspensa. Já os Estados Associados são países com os quais o Mercosul celebrou acordos de livre comércio no âmbito da ALADI

(Associação Latino-Americana de Integração) e que participam de reuniões sobre temas de interesse comum, sem, no entanto, integrarem plenamente a estrutura institucional do bloco.

32

Atualmente, Chile, Colômbia, Equador, Panamá e Peru são considerados Estados Associados, assim como Guiana e Suriname, com base no artigo 25 do Tratado de Montevideu de 1980 (Mercosul, 2025). Essa associação permite uma aproximação comercial e política, mas não confere os mesmos direitos e obrigações dos Estados Partes, como a participação plena nas decisões e a obrigatoriedade de adoção do acervo normativo. Na figura 1 estão ilustrados os

países participantes do Mercosul com suas respectivas categorizações.

Figura 1 - Países do Mercosul



Fonte: Elaboração própria com dados do Mercosul (2025).

O Mercosul teve impactos positivos sobre o comércio dos países membros, promovendo tanto a criação de comércio quanto, em menor grau, o desvio de comércio. Estudos baseados em modelos gravitacionais mostram que o comércio intrabloco aumentou significativamente após a criação do bloco, com destaque para os fluxos entre Brasil e Argentina (Cordeiro, 2016). Embora em menor intensidade, também contribuiu para o aumento das exportações para fora da região. No entanto, os benefícios não foram distribuídos de forma homogênea entre os países e regiões, refletindo as diferenças estruturais e de competitividade (Curzel, 2007). A concentração dos ganhos em setores e regiões mais integrados evidencia a necessidade de políticas compensatórias e de desenvolvimento regional para ampliar os efeitos positivos da integração (Porto, 2004).

33

O Brasil, como maior economia da América do Sul, tem exercido papel central no Mercosul, tanto do ponto de vista político quanto econômico. Desde sua criação, o bloco foi concebido como uma plataforma para ampliar a influência regional e internacional do país, promovendo o comércio intrarregional e fortalecendo a integração sul-americana (Ipea, 2015). Dessa maneira, o Mercosul teve impacto significativo no comércio nacional, especialmente na década de 1990, quando as exportações intrarregionais brasileiras cresceram substancialmente, passando de 7,29% em 1991 para 17,37% em 1998 (Mariano *et al.*, 2021).

Contudo, os impactos do Mercosul sobre o Brasil não são homogêneos em todo o território nacional. A dinâmica de integração regional afeta de maneira diferenciada as diversas regiões do país, em função de suas estruturas produtivas, localização geográfica e inserção nas cadeias de valor. Por isso, uma análise regionalizada se faz necessária para compreender como os benefícios e desafios do Mercosul se distribuem internamente. O Centro-Oeste, por exemplo, com sua forte vocação agroexportadora, pode apresentar padrões distintos de inserção no comércio intrabloco em comparação com regiões mais industrializadas, como o Sudeste. Assim, o capítulo seguinte irá se aprofundar nos dados específicos da região Centro-Oeste para entender como ela se insere e se beneficia dessa dinâmica de integração (Mariano *et al.*, 2021).

34

3 DESEMPENHO ECONÔMICO REGIONAL: UMA ANÁLISE PARA O CENTRO OESTE BRASILEIRO

A análise da influência do Mercosul sobre o desempenho econômico do Centro-Oeste brasileiro exige, antes de tudo, uma compreensão da construção territorial e econômica da região. Como discutido no capítulo anterior, a integração regional é um processo político e econômico que depende de contextos históricos específicos. Nesse sentido, a configuração atual do Centro-Oeste não é resultado de uma delimitação natural, mas sim de decisões estatais que buscaram organizar o território nacional para fins estatísticos, administrativos e de planejamento econômico. A divisão regional proposta pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ao longo do século XX reflete essas transformações, revelando como o Estado brasileiro moldou o espaço geográfico conforme suas necessidades de intervenção e controle (Contel, 2014). A partir deste ponto, este capítulo se dedica a examinar a formação histórica da região Centro-Oeste, suas características socioeconômicas e, posteriormente, os fundamentos metodológicos que permitirão mensurar seu desempenho econômico no contexto da integração com o Mercosul.

3.1 A REGIÃO CENTRO-OESTE: FORMAÇÃO HISTÓRICA E PANORAMA ECONÔMICO

A formação histórica da Região Centro-Oeste está diretamente ligada à lógica da expansão capitalista e à divisão regional do trabalho no Brasil. Inicialmente marcada pela atividade mineratória e pela pecuária extensiva, a região se desenvolveu com base em uma economia voltada para o mercado interno, atendendo às necessidades dos núcleos mineradores. Com o declínio da mineração, houve uma progressiva agrarização da economia, consolidando a grande propriedade como estrutura dominante. A região permaneceu relativamente isolada até que o processo de industrialização do Sudeste provocou sua

integração funcional como fornecedora de alimentos e matérias-primas. Essa integração não se deu de forma espontânea, mas como resposta às exigências do padrão de acumulação capitalista, que passou a incorporar novas áreas ao circuito produtivo (Velasco, 1988).

A primeira divisão regional oficial do Brasil foi realizada pelo IBGE em 1942, fundamentada no conceito de “região natural”, que buscava agrupar áreas com características fisiográficas semelhantes, como relevo, clima e vegetação. Essa proposta visava fornecer uma base científica para a organização territorial, com foco na estabilidade das regiões, especialmente para fins estatísticos e escolares. O Centro-Oeste, nesse contexto, foi definido

35

como uma das cinco grandes regiões, composta por Goiás e Mato Grosso, incluindo os territórios que hoje correspondem a Tocantins e Mato Grosso do Sul, ilustrado na Figura 2. Essa delimitação inicial refletia uma lógica determinada pela natureza, mas também respondia à necessidade de sistematizar o conhecimento sobre o território nacional (Contel, 2014).

Figura 2 - Divisão territorial do Brasil (1950)



Fonte: IBGE (2011).

A abordagem inicial seria transformada, pois, para Perides (1994), a divisão regional de 1968 representou uma mudança metodológica significativa na forma como o Estado brasileiro passou a conceber o território. A regionalização passou a ser entendida como “organização voluntária do espaço”, expressão direta da ação do Estado, substituindo a antiga concepção de “organização espontânea”. A divisão regional tornou-se um instrumento político moldado pelas exigências do planejamento, que passou a considerar critérios sociais e econômicos, além dos naturais (Perides, 1994).

No caso da Região Centro-Oeste, a divisão de 1968 manteve sua delimitação, mas atribuiu-lhe novas funções dentro da lógica de expansão das frentes pioneiras. A região passou

a ser reconhecida como “região de fronteira”, marcada pela ocupação recente e pela crescente importância das atividades agropecuárias, tornando-se alvo de múltiplas formas de intervenção estatal. A construção de Brasília e a expansão da malha rodoviária foram elementos centrais nesse processo, integrando o Centro-Oeste ao projeto nacional como espaço estratégico para a produção agroexportadora. A região passou a ser vista como funcionalmente conectada aos circuitos econômicos do Sudeste, tornando-se uma plataforma de expansão econômica planejada (Perides, 1994).

36

De fato, a construção da identidade regional do Centro-Oeste está diretamente ligada à sua função dentro da divisão nacional do trabalho. A região foi integrada ao projeto desenvolvimentista como fornecedora de produtos agropecuários, especialmente após a interiorização da economia promovida pela construção de Brasília. A nova capital federal, inaugurada em 1960, funcionou como catalisadora da transformação territorial, conectando o Centro-Oeste aos principais circuitos econômicos por meio de rodovias e fluxos migratórios. Essa integração material foi precedida por uma reconfiguração conceitual da região como espaço estratégico, permitindo ao Estado planejar e executar projetos de expansão agrícola, consolidando sua vocação agroexportadora (Contel, 2014).

Com o avanço do planejamento estatal, o conceito de região foi reformulado. A divisão regional de 1970, elaborada pelo IBGE, incorporou os conceitos de “região homogênea” e “região funcional”, voltados para a organização da produção e para os fluxos econômicos. Essa abordagem permitiu ao Estado identificar áreas com estruturas produtivas semelhantes, facilitando a implementação de políticas e investimentos. A configuração atual do Centro Oeste, que inclui Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, foi consolidada nesse contexto, refletindo critérios sociais e econômicos como resposta às exigências do planejamento nacional (Contel, 2014). A Figura 3 evidencia a atual configuração da divisão territorial, resultado de anos de planejamento estatal.

Figura 3 - Mapa político do Centro-Oeste brasileiro (2017)



Fonte: IBGE (2011).

37

Com a intensificação da industrialização brasileira e a penetração do capital monopolista, o Centro-Oeste passou a desempenhar funções ainda mais específicas. A região foi incorporada como área de expansão agrícola, absorvendo excedentes populacionais e fornecendo suporte à base industrial do Sudeste. A ocupação de áreas como o Cerrado foi parte de uma política voltada à ampliação da fronteira produtiva, o que provocou o ajustamento territorial e a especialização no agronegócio. O Estado, por meio do planejamento, atuou como agente articulador dessa integração, promovendo investimentos e infraestrutura que viabilizaram a incorporação da região ao sistema econômico nacional (Velasco, 1988).

A atuação do Estado no processo de integração da Região Centro-Oeste foi, portanto, decisiva para consolidar sua função econômica. A construção de rodovias, como a Belém Brasília, e a criação de polos urbanos estratégicos contribuíram para romper o isolamento histórico da região. A intervenção estatal, por meio do planejamento, garantiu a racionalização do sistema produtivo e a centralização do capital, transformando o Centro-Oeste em espaço de drenagem econômica. Essa reorganização territorial não apenas ampliou a base produtiva, mas também reforçou a dependência da região em relação ao centro dinâmico da economia, evidenciando a articulação entre espaço, produção e poder político (Velasco, 1988).

Essa base produtiva, estabelecida pela ação estatal, foi progressivamente modernizada a partir das décadas de 1970 e 1980, inaugurando uma nova fase de desenvolvimento. A incorporação de novas tecnologias e a pesquisa agropecuária, liderada por instituições como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), transformaram a antiga fronteira

agrícola em um dos polos mais dinâmicos do agronegócio mundial (Miragaya, 2014). Assim, a função de fornecedora de produtos primários, consolidada pelo planejamento governamental, evoluiu para um modelo agroexportador altamente produtivo, cujos resultados redefiniram a caracterização socioeconômica e o papel da região no cenário nacional.

O panorama econômico da Região Centro-Oeste nas últimas décadas é marcado por um crescimento expressivo, com destaque para sua participação no PIB nacional, que passou de 3,8% em 1970 para cerca de 10% na década de 2010, o equivalente a R\$ 480 bilhões. Esse avanço teve início no começo do século XX, intensificou-se com a Marcha para o Oeste e consolidou-se com a fundação de Brasília, que funcionou como força motriz da interiorização econômica do país. A ocupação territorial foi acompanhada por correntes migratórias e pela expansão da produção agropecuária, com destaque para os grãos e a pecuária bovina. A partir da década de 1980, o crescimento passou a se apoiar no aumento da produtividade,

38

impulsionado pela atuação da Embrapa e pelo desenvolvimento tecnológico no campo. A soja tornou-se o principal motor da transformação agrícola, com a área cultivada crescendo de 180 mil hectares em 1975 para mais de 13 milhões em 2013 (Miragaya, 2014).

Além da agricultura, a pecuária também apresentou avanços significativos, com aumento da taxa de lotação e da produção de leite, suínos e aves, refletindo ganhos de produtividade e modernização do setor. A mecanização e a capitalização da atividade agropecuária provocaram impactos sociais, como a redução de postos de trabalho no campo e o crescimento da urbanização, que atingiu 85%, a segunda maior taxa do país. O setor terciário expandiu-se em resposta à demanda da agroindústria e ao consumo urbano, consolidando centros como Brasília, Goiânia e Anápolis como polos regionais. Apesar da prosperidade em algumas áreas, persistem desigualdades territoriais, com bolsões de estagnação em regiões como o centro-norte goiano e o nordeste mato-grossense. A industrialização, embora tenha crescido, ainda é limitada, com a região respondendo por apenas 4% da produção industrial nacional em 2011 (Miragaya, 2014).

A baixa industrialização está relacionada à vocação agropecuária da região e à ausência de políticas públicas eficazes voltadas ao setor industrial, como a atuação da Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), e das instituições financeiras de fomento de maneira mais robusta. Mesmo com o crescimento populacional e urbano, o Centro Oeste não foi contemplado com grandes projetos industriais estatais, como ocorreu em outras regiões periféricas. Ainda assim, a região apresenta um dos melhores desempenhos econômicos do país, com PIB per capita que passou de menos de 70% da média nacional na década de 1970 para 115% na década de 2010 (Miragaya, 2014).

A partir da década de 1990, o Centro-Oeste brasileiro passou por uma reconfiguração econômica significativa, marcada pela intensificação da integração comercial com os mercados internacionais e pela consolidação de sua vocação exportadora. A região passou a direcionar sua estrutura produtiva para atender à demanda externa, especialmente por commodities como soja, milho, carnes e minerais, produtos que apresentam baixo grau de processamento e alto volume de comercialização. Essa orientação externa foi acompanhada por uma crescente especialização industrial voltada para o beneficiamento desses produtos, com destaque para os setores alimentício, frigorífico e de ração animal. Em contrapartida, as importações da região se concentraram em bens com maior valor agregado, como insumos para as indústrias

39

automobilística, farmacêutica e química, evidenciando uma dependência tecnológica e produtiva (Pires, 2019).

A modernização da agropecuária regional, impulsionada por políticas públicas e incentivos fiscais, foi decisiva para a atração de capitais nacionais e internacionais, especialmente após os anos 1980. A soja, em particular, desempenhou papel central nesse processo, sendo considerada o principal vetor da transformação produtiva do Centro-Oeste, ao incorporar os pacotes tecnológicos da Revolução Verde. A instalação de grandes *trading companies* e a formação de cadeias de valor integradas conectaram a região aos principais centros consumidores mundiais, consolidando o Centro-Oeste como polo estratégico do agronegócio brasileiro. Estados como Goiás e Mato Grosso do Sul se destacaram por políticas de incentivo à industrialização, como os programas FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás) e PRODUIR (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás), que estimularam a instalação de indústrias de transformação ligadas ao setor agropecuário (Pires, 2019).

Esse panorama revela uma economia regional fortemente orientada para o mercado externo, com estrutura produtiva especializada em commodities e crescente inserção nas cadeias globais de valor. A complementaridade entre exportações de produtos primários e importações de insumos industriais reforça a lógica de integração produtiva e comercial que caracteriza o Centro-Oeste contemporâneo (Pires, 2019). Essa dinâmica, embora tenha promovido crescimento econômico e modernização, também impõe desafios relacionados à agregação de valor e à diversificação produtiva.

A trajetória econômica da Região Centro-Oeste, conforme discutido ao longo do capítulo, revela um processo de transformação profunda e contínua, marcado pela expansão

territorial, modernização produtiva e crescente integração nacional. Desde a Marcha para o Oeste e a fundação de Brasília, passando pela revolução agrícola impulsionada pela Embrapa, até a consolidação do agronegócio como motor regional, o Centro-Oeste construiu uma base econômica sólida e dinâmica. A diversificação setorial, com o avanço da indústria e dos serviços, embora ainda limitada frente à agropecuária, demonstra uma transição gradual para uma economia mais complexa e integrada (Monteiro Neto; Gomes, 2000).

A industrialização tem ganhado espaço com o fortalecimento de cadeias produtivas ligadas ao agronegócio, como a indústria de alimentos, fertilizantes e implementos agrícolas. O setor de serviços, por sua vez, cresceu impulsionado pela urbanização acelerada e pela presença

40

do Estado, especialmente em Brasília, que concentra funções administrativas e financeiras. A intermediação financeira, os aluguéis e o comércio apresentaram taxas de crescimento superior à média nacional, evidenciando o dinamismo urbano e a expansão do mercado interno. Mesmo com desigualdades territoriais e desafios sociais persistentes, o Centro-Oeste consolidou-se como uma das regiões mais prósperas do país, com PIB per capita superior à média nacional desde os anos 1990 (Monteiro Neto; Gomes, 2000).

Diante desse cenário, a caracterização econômica do Centro-Oeste atual é de uma região marcada pela força do agronegócio, pela crescente urbanização e por uma estrutura produtiva em transição. A estabilidade e o ritmo acelerado de crescimento ao longo das últimas décadas criaram condições favoráveis para a ampliação das relações comerciais internacionais. Contudo, para que a análise dessa trajetória ultrapasse a caracterização geral e avance para uma compreensão quantitativa, é necessário definir os instrumentos de medição. Portanto, a seção a seguir estabelece os fundamentos conceituais do estudo, apresentando a definição de "desempenho econômico", distinguindo-a de noções como "desenvolvimento", e detalhando os indicadores que permitirão mensurar objetivamente essa realidade.

3.2 DESEMPENHO ECONÔMICO REGIONAL: CONCEITO E MENSURAÇÃO

A construção de um conceito claro para “desempenho econômico regional” é fundamental para garantir a precisão analítica e a consistência metodológica da pesquisa. Sem essa delimitação, o termo pode se tornar vago e suscetível a interpretações diversas, comprometendo a validade dos resultados. Moraes (2023) destaca que os conceitos nas Ciências Econômicas exigem estruturação para evitar conflitos comunicacionais e facilitar o diálogo científico.

Bresser-Pereira (2008) também alerta que o uso impreciso de conceitos como crescimento e desenvolvimento pode gerar confusões analíticas, especialmente quando se ignora a dimensão estrutural dos fenômenos econômicos. Assim, a definição de desempenho econômico regional

deve ser construída com base em critérios objetivos e mensuráveis, permitindo a análise comparativa entre diferentes territórios e períodos.

Neste trabalho, o desempenho econômico regional será entendido como a capacidade de uma região de gerar riqueza, dinamizar sua estrutura produtiva e integrar-se aos circuitos econômicos nacionais e internacionais. Diferencia-se do conceito de desenvolvimento econômico, que envolve transformações estruturais, sociais e institucionais de longo prazo (Moraes, 2023). Bresser-Pereira afirma que o desenvolvimento econômico implica “acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital” (Bresser-

41

Pereira, 2008, p. 1), enquanto o crescimento econômico pode ser mensurado por indicadores quantitativos de curto e médio prazo. Portanto, o desempenho econômico será tratado como expressão da eficiência produtiva e da capacidade de inserção econômica de uma região.

A distinção mais clássica na teoria econômica se dá entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico é predominantemente entendido como um fenômeno quantitativo, focado principalmente no "crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo" (Moraes, 2023, p. 29). Celso Furtado (1983), um dos principais teóricos do tema, argumenta que o conceito de crescimento deve ser reservado para "expressar a expansão da produção real", um processo que "não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção" (Furtado, 1983, p. 78, *apud* Moraes, 2023, p. 29). Joseph Schumpeter (1997) foi um dos primeiros a formalizar essa distinção, afirmando que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais que o simples crescimento não assegura. Para ele, o "mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza", não deveria ser confundido com desenvolvimento (Schumpeter, 1997, p. 74, *apud* Moraes, 2023, p. 29). Em suma, o crescimento é uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento (Moraes, 2023).

O desenvolvimento econômico, portanto, é um conceito mais amplo e complexo, que transcende a dimensão puramente quantitativa. Ele se refere a um processo de transformação qualitativa, que abarca "mudanças estruturais, culturais e institucionais" (Bresser-Pereira, 2008, p. 2). Medir o desenvolvimento, portanto, exigiria um conjunto complexo de indicadores que abarcassem não apenas variáveis econômicas, mas também sociais, políticas e institucionais, o que frequentemente extrapola o escopo de análises focadas na dinâmica produtiva.

Diante da complexidade do conceito de "desenvolvimento", e da limitação estritamente quantitativa do "crescimento", a presente pesquisa adota o termo "desempenho econômico"

como uma categoria analítica intermediária. Esta escolha metodológica é estratégica, pois permite delimitar o objeto de estudo, concentrando a análise em dimensões mensuráveis da capacidade produtiva e da geração de riqueza da Região Centro-Oeste, sem pretender abarcar a totalidade das transformações sociais e de bem-estar contidas no conceito de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, vai além da simples mensuração da produção, ao incorporar a dinâmica da integração comercial como foco central da análise. Assim, no contexto deste estudo, o conceito de "desempenho" serve como um instrumento analítico que foca na capacidade econômica e

42

em sua manifestação em um contexto específico, a integração no Mercosul, permitindo uma análise quantitativa sem se dispersar na amplitude do debate sobre desenvolvimento.

Dessa forma, a fim de mensurar objetivamente as dimensões do desempenho econômico regional, serão utilizados os seguintes indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) regional e nacional, PIB per capita, Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), exportações, importações, pauta comercial e saldo comercial. A escolha desses indicadores está alinhada com a proposta de construir uma abordagem empírica e histórica do desempenho econômico. Ao combinar indicadores internos e externos, é possível captar tanto a capacidade produtiva quanto a inserção comercial da região, oferecendo uma base sólida para a análise territorial.

O primeiro deles é o Produto Interno Bruto (PIB) Regional, que representa o valor total dos bens e serviços produzidos em determinada região durante um período específico (IBGE, 2025). O PIB é calculado com base na metodologia das Contas Nacionais e Regionais do IBGE, que considera os valores adicionados pelas atividades econômicas locais, ajustados por impostos e subsídios sobre produtos. Isso significa que os bens e serviços finais são medidos pelo preço que chegam ao consumidor, levando em consideração, assim, os tributos sobre os produtos comercializados (IBGE, 2025). A mensuração do PIB regional é essencial para compreender o volume de riqueza gerada e sua evolução ao longo do tempo.

Complementar ao PIB, o PIB per capita é um indicador que relaciona a produção total da região com sua população, revelando o nível médio de riqueza por habitante (IBGE, 2025). Essa medida é útil para avaliar a distribuição do crescimento econômico e o padrão de vida da população local. Embora não revele diretamente a desigualdade de renda, o PIB per capita permite identificar disparidades entre regiões com diferentes densidades populacionais e níveis de produção. Segundo Bresser-Pereira (2008), o aumento da renda por habitante é uma das formas mais gerais de mensurar o crescimento econômico, pois reflete a produtividade média da economia.

Outro indicador relevante é o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC Br), que funciona como uma “prévia do PIB”, oferecendo dados mensais sobre o ritmo da atividade econômica (Banco Central do Brasil, 2018). O IBC-Br é calculado com base em informações de produção industrial, comércio, serviços e agropecuária, permitindo acompanhar a evolução conjuntural da economia (Banco Central do Brasil, 2018). Para o Centro-Oeste, o índice regional IBCR-CO é utilizado, refletindo as especificidades produtivas da região. A

43

utilização do IBCR-CO é metodologicamente crucial, pois, ao contrário de indicadores nacionais, ele é calibrado para a estrutura produtiva do Centro-Oeste. Em uma região com forte especialização no agronegócio, o índice regional oferece maior aderência à realidade econômica local, capturando com mais precisão as dinâmicas de setores que são diretamente influenciados pelas relações comerciais no âmbito do Mercosul, por exemplo.

No campo do comércio exterior, a análise se baseia nas exportações, que são a saída de mercadorias de um país para outro, e nas importações, que representam a entrada de mercadorias procedentes do exterior (Poyer; Roratto, 2017). Para analisar o fluxo comercial da Região Centro-Oeste com o Mercosul, serão utilizados os valores FOB (*Free on Board*), que representam o valor da mercadoria no ponto de embarque, excluindo custos de transporte e seguro (Brasil, 2020). Esses dados permitem medir o fluxo comercial direto entre a região e o bloco, revelando o grau de integração econômica e a competitividade dos produtos locais. A análise dos valores FOB é fundamental para entender quais setores estão mais conectados ao mercado internacional e como isso impacta o desempenho econômico regional.

Outro indicador para avaliar o desempenho externo da região é o saldo da balança comercial. Este é o registro que contabiliza todas as operações comerciais de exportação e importação de um país, sendo seu saldo a diferença entre o volume financeiro dessas operações (Poyer; Roratto, 2017). Um saldo positivo (superávit) indica que a região exporta mais do que importa, gerando divisas e fortalecendo sua posição econômica. Já um saldo negativo (déficit) pode sinalizar dependência de insumos externos ou baixa competitividade. O saldo comercial é, portanto, um reflexo direto da eficiência produtiva e da capacidade de inserção internacional da região.

Por fim, a análise da pauta de exportação e importação é indispensável para compreender a natureza dos produtos comercializados pela Região Centro-Oeste com os países do bloco. Esse indicador se refere à lista e composição dos principais produtos que uma região ou país exporta e importa (Oliveira, 2021). A análise da pauta exportadora de um estado, por exemplo, ajuda a apontar os mercados externos que oferecem as melhores

oportunidades para a comercialização de seus produtos. A análise da pauta permite verificar se o comércio se concentra em commodities de baixo valor agregado, como soja, milho e carne, ou se há diversificação para produtos de maior valor agregado. A diversificação da pauta comercial é um sinal de sofisticação econômica e pode indicar maior resiliência frente às oscilações do

44

mercado internacional. A análise da pauta também contribui para identificar oportunidades de desenvolvimento industrial e tecnológico (Oliveira, 2021).

Assim, o próximo capítulo se dedicará a investigar como a integração regional via Mercosul influenciou os indicadores econômicos do Centro-Oeste entre 2010 e 2023, analisando dados de produção, riqueza e comércio exterior, com especial atenção aos fluxos comerciais, à balança comercial e à pauta de exportações e importações. Essa análise permitirá compreender os canais de transmissão entre os acordos do Mercosul e os resultados econômicos observados na região.

45

4 O PAPEL DO MERCOSUL NO DESEMPENHO ECONÔMICO DO CENTRO OESTE (2010-2023)

Este capítulo dedica-se ao núcleo analítico da pesquisa, retomando o objetivo central do trabalho, ou seja, analisar a influência do Mercosul no desempenho econômico da região Centro-Oeste brasileira no período de 2010 a 2023. A investigação busca explorar como a cooperação intergovernamental e os acordos econômicos do bloco podem, ou não, gerar benefícios econômicos específicos, partindo da premissa de que as diferentes regiões brasileiras respondem de maneiras distintas às dinâmicas da integração.

Tendo sido estabelecidos no capítulo 3 o panorama histórico, a formação territorial e a caracterização econômica da região, bem como a definição conceitual de "desempenho econômico" adotada neste trabalho e a metodologia de mensuração baseada nos indicadores selecionados (PIB, PIB per capita, IBCR-CO e dados de comércio exterior), este capítulo avança para a análise central. Para entender a influência do bloco, a lógica expositiva seguirá três etapas. Primeiramente, será analisado o arcabouço legal relevante para a economia do Centro-Oeste, focando nos acordos comerciais que funcionam como canais de transmissão. Em seguida, serão apresentados os dados empíricos do desempenho macroeconômico e comercial da região. Por fim, será realizado o cruzamento analítico, demonstrando como o arcabouço normativo explica, ou não, os padrões encontrados nos dados.

4.1 O ARCABOUÇO NORMATIVO DO MERCOSUL E SEUS CANAIS DE TRANSMISSÃO PARA O CENTRO-OESTE

Como detalhado na seção 2.3 deste trabalho, o Mercosul foi fundado pelo Tratado de Assunção em 1991 e ganhou sua estrutura institucional com o Protocolo de Ouro Preto em 1994. Esses acordos definiram os órgãos de capacidade decisória, como o Conselho do Mercado Comum (CMC) e o Grupo Mercado Comum (GMC) (Mercosul, 1994). No entanto, para além da arquitetura política, a influência econômica real do bloco nas economias regionais brasileiras, como a do Centro-Oeste, é determinada pelos instrumentos técnicos que governam o comércio. Portanto, esta seção foca em analisar o arcabouço normativo para além das estruturas políticas, apresentando os canais de transmissão econômicos que definem regras para a pauta de exportação específica do Centro-Oeste.

46

4.1.1 O canal das commodities: Acordo de Complementação Econômica nº 18 e Acordos de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

O principal canal de transmissão para a vasta maioria dos produtos da região é o Acordo de Complementação Econômica nº 18 (ACE-18), firmado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em 1991 no âmbito da ALADI. Este acordo é o instrumento técnico-comercial que implementou a Zona de Livre Comércio (ZLC) do bloco. Seu Artigo 1º estabeleceu o "Programa de Liberação Comercial", que consistiu em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas. O objetivo final, alcançado em 31 de dezembro de 1994 (com exceções para Paraguai e Uruguai estendidas até 1995), era a tarifa zero sobre a totalidade do universo tarifário (ALADI, 1992). Para a pauta de commodities do Centro-Oeste, o ACE-18 é a base legal que garante que seus produtos (soja, milho, carne) entrem nos mercados dos parceiros sem pagar tarifas de importação.

Contudo, para a pauta de exportação do Centro-Oeste, focada intensamente no agronegócio, a tarifa zero é uma condição necessária, mas não suficiente. Isso ocorre porque, de nada adiantaria a tarifa ser zero se o produto (carne, grãos) for barrado na fronteira por questões sanitárias. Aqui entra o segundo pilar do canal de commodities: os Acordos de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS). O Acordo SPS, internalizado no Mercosul pela Decisão CMC nº 06/96 e baseado nos princípios da OMC, rege o uso de medidas para proteger a vida humana, animal e vegetal. O objetivo é garantir que essas regras sejam baseadas em princípios científicos e não sejam aplicadas de maneira que constituam uma restrição ao comércio internacional (Mercosul, 1996).

O funcionamento desse canal se dá principalmente por duas vias, harmonização e equivalência. O Artigo 3 do Acordo SPS incentiva a harmonização, pedindo que os membros

baseiem suas medidas sanitárias em normas, diretrizes ou recomendações internacionais, como as do Codex Alimentarius (para alimentos) ou da Oficina Internacional de Epizootias (para saúde animal). Além disso, o Artigo 4 estabelece o princípio da equivalência. Isso significa que um país importador deve aceitar as medidas sanitárias de um país exportador como equivalentes às suas, mesmo que sejam diferentes, desde que o exportador demonstre objetivamente que suas medidas alcançam o mesmo nível de proteção (Mercosul, 1996).

Na prática, é o arcabouço do SPS que permite o comércio da principal pauta do Centro Oeste. A confiança mútua nos protocolos sanitários consolidados é o que permite que um frigorífico habilitado pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Brasil, tenha seus certificados

47

reconhecidos pelos parceiros do bloco. Portanto, o ACE-18 (tarifa zero) e o arcabouço SPS (acesso sanitário) formam, em conjunto, o canal de transmissão fundamental para os produtos do agronegócio, a base da economia do Centro-Oeste.

4.1.2 O canal industrial: Acordo de Complementação Econômica nº 14 Em contraste direto com a regra geral de tarifa zero estabelecida pelo ACE-18, o Mercosul opera com regimes de exceção para setores considerados estratégicos ou sensíveis (Aladi, 1992). Para a análise do Brasil, o mais relevante desses regimes é o automotivo, que historicamente domina a pauta industrial no eixo comercial Brasil-Argentina, o principal do bloco (Agência Brasil, 2019). Este setor é regido pelo Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE-14), um instrumento bilateral que antecede a própria fundação formal do Mercosul, tendo sido assinado originalmente entre Brasil e Argentina em 20 de dezembro de 1990 (Aladi, 1990). Este acordo foi posteriormente adequado para estabelecer a Política Automotiva Comum (PAC), criando um canal de comércio gerenciado focado em aprofundar a integração produtiva, atrair investimentos e elevar a competitividade internacional (Aladi, 2019). Sendo assim, é fundamental para explicar por que a pauta comercial do Brasil com o Mercosul é historicamente mais concentrada em produtos industriais do que seu comércio com o resto do mundo (Pires, 2019).

O mecanismo central do ACE-14 não é a tarifa zero imediata, mas um monitoramento do fluxo de comércio bilateral por meio de um coeficiente de desvio sobre as exportações, conhecido como *flex*. Este coeficiente determina que o valor das importações de uma parte não pode superar o valor de suas exportações para a outra parte além de um índice específico. O comércio realizado dentro desse limite se beneficia de 100% de margem de preferência, ou seja, tarifa zero. O Quadragésimo Quarto Protocolo Adicional ao acordo estabeleceu um aumento progressivo desse coeficiente, iniciando em 1,8 no período de 2020 a 2023 e 1,9 de 2023 a 2025, entre outros. O objetivo é alcançar o livre comércio setorial de forma plena

somente a partir de 1º de julho de 2029 (Aladi, 2019).

O segundo pilar deste canal industrial é a regra de origem específica, o Índice de Conteúdo Regional, ou ICR. Para que veículos sejam considerados originários, eles devem incorporar um conteúdo regional mínimo do Mercosul de 50%. Essa estrutura de comércio gerenciado pelo *flex* e a exigência de ICR foi desenhada para criar um mercado regional protegido, incentivando o investimento produtivo e o adensamento da cadeia de autopeças dentro dos países-membros (Aladi, 2019).

48

Este canal de transmissão industrial possui relevância direta para o Centro-Oeste, que, apesar da vocação primária, possui um polo industrial automotivo relevante, com destaque para o estado de Goiás (Furtado; Barbosa, 2019). Este polo se beneficiou de programas estaduais de incentivo à industrialização, como o FOMENTAR e o PRODUIR (Pires, 2019). Consequentemente, a produção e o comércio de veículos e autopeças com os parceiros do bloco, especialmente a Argentina, não são regidos pela regra geral do ACE-18, mas sim por este regime de exceção do ACE-14 (Aladi, 2019).

4.1.3 As limitações e exclusões: o regime do açúcar

É crucial notar que o arcabouço normativo do bloco não é universal, pois o próprio ACE 18, em seu Anexo I, estabelece que os produtos incluídos nas listas de exceções estão excluídos do programa de desgravação tarifária (Aladi, 1992). O exemplo mais proeminente desta limitação é o setor açucareiro, um produto de grande importância para a região Centro-Oeste, que teve o programa energético do álcool de cana-de-açúcar como um dos motores de crescimento de seu agronegócio, e cuja indústria de biocombustíveis (derivada da cana-de

açúcar) representava o segundo maior setor industrial da região em 2016 (Pires, 2019). Para sistematizar a análise, o Quadro 1 resume os principais canais normativos que regulam o comércio dos produtos-chave da região:

Quadro 1 - Resumo do arcabouço normativo do Mercosul e sua relevância para o Centro-Oeste (C.O.)

Categoria	Documento Chave	Relevância
Base Política	Tratado de Assunção (1991)	A meta de tarifa zero para todos os produtos
Base Técnica	ACE-18 (1991)	O instrumento legal que implementou a tarifa zero
Base Institucional	Protocolo de Ouro Preto (1994)	A consolidação da União Aduaneira e da estrutura do bloco.
Sanidade	Acordo SPS (Dec. CMC 06/96)	Regras para evitar que barreiras sanitárias impeçam o comércio de carne e grãos.

Exceção (Indústria)	ACE-14 (Política Automotiva)	Regras especiais para o comércio de carros
Exceção (Agro)	Regime do Açúcar	A exclusão do açúcar do livre comércio

Fonte: Elaboração própria com base nos acordos do Mercosul.

Diferentemente da maioria dos produtos do agronegócio, o açúcar foi explicitamente excluído da Zona de Livre Comércio pelos países membros. Uma análise das Listas de Exceções anexas ao ACE-18 mostra que a Argentina, o Paraguai e o Uruguai listaram diversos códigos tarifários referentes ao açúcar (capítulo 17 do NCM) como exceções ao livre comércio (Aladi, 1992). Além disso, o próprio Brasil listou o setor como uma restrição, conforme identificado na Decisão CMC N° 3/94, que apontava a necessidade de harmonizar a autorização de importação prévia para açúcar, álcool, melado e mel rico (Mercosul, 1994).

49

Esta exclusão representa um canal de transmissão que falhou em se materializar para um dos principais produtos da pauta agrícola regional. Para o Centro-Oeste, uma região com produção massiva de cana-de-açúcar, essa limitação estrutural do Mercosul impede que um de seus produtos mais fortes se beneficiasse da tarifa zero (Pires, 2019). Esta é uma falha do bloco, no sentido de que um produto primário forte do Centro-Oeste foi ativamente excluído do livre comércio, diferentemente de outros produtos do agronegócio amparados pelo ACE-18.

4.2 O DESEMPENHO DO CENTRO-OESTE E SUA RELAÇÃO COMERCIAL COM O MERCOSUL

Uma vez estabelecido o arcabouço normativo e os canais de transmissão que governam a relação entre o Mercosul e a economia do Centro-Oeste, esta seção volta-se para a análise empírica. O objetivo aqui é mover-se dos acordos formais para os resultados observados, apresentando os fatos e quantificando o desempenho real dessa interação no período de 2010 a 2023. Antes de realizar o cruzamento analítico, é indispensável primeiro apresentar os dados brutos para entender qual foi o desempenho macroeconômico da região, e em seguida, medir quanto e onde se deu a sua relação comercial específica com o bloco.

4.2.1 O fato macroeconômico: o descolamento do Centro-Oeste do Brasil O ponto de partida para a apresentação desses dados é a constatação do contexto macroeconômico em que a região operou. Conforme caracterizado na seção 3, o Centro-Oeste consolidou uma trajetória econômica singular, baseada na modernização agropecuária e voltada ao mercado externo (Contel, 2014). Esta subseção foca em quantificar esse fenômeno, utilizando o primeiro conjunto de indicadores definidos, o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita e o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br e IBCR-CO). A análise desses dados apresenta o

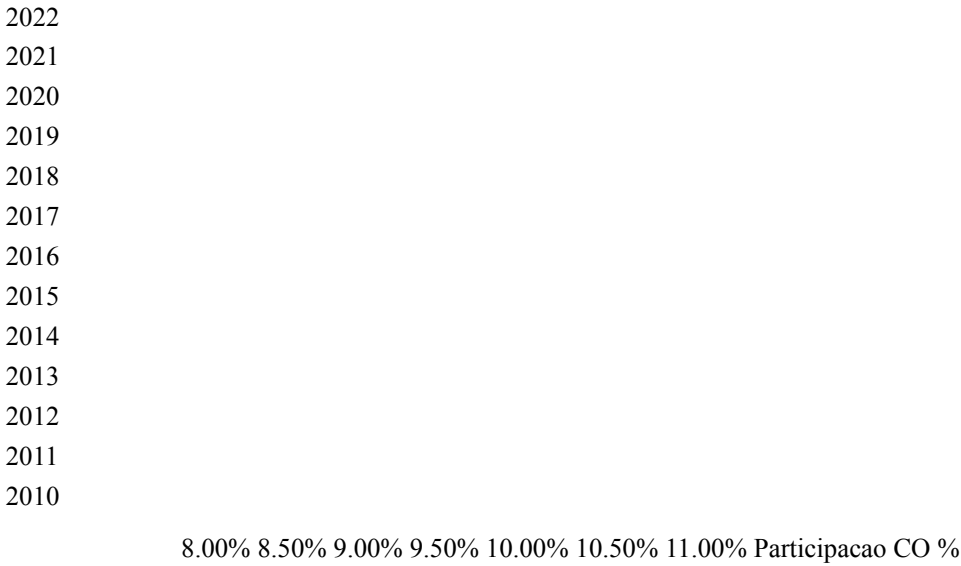
fato macroeconômico fundamental do período, o descolamento da economia regional frente à média nacional. Estabelecer a natureza dessa expansão é o alicerce necessário para, nas seções seguintes, avaliar qual foi o papel relativo do Mercosul nesse crescimento.

A primeira e mais fundamental evidência desse descolamento macroeconômico é observada nos dados do Produto Interno Bruto (PIB) nominal. A análise entre 2010 e 2022 revela um ciclo de expansão robusta da Região Centro-Oeste, caracterizado por um crescimento que permitiu o aumento de sua participação relativa na economia nacional. Em 2010, o PIB do Centro-Oeste representava 9,13% do PIB total do Brasil, ao longo do período, essa participação demonstrou uma trajetória ascendente, culminando em 10,61% em 2022. Esse aumento de 1,48 ponto percentual indica que a região agregou riqueza, consolidando sua importância econômica

50

no cenário nacional (IBGE, 2025). O Gráfico 1 ilustra essa trajetória ascendente da participação regional no PIB nacional.

Gráfico 1 - Participação do Centro-Oeste no PIB nominal do Brasil (2010-2022)

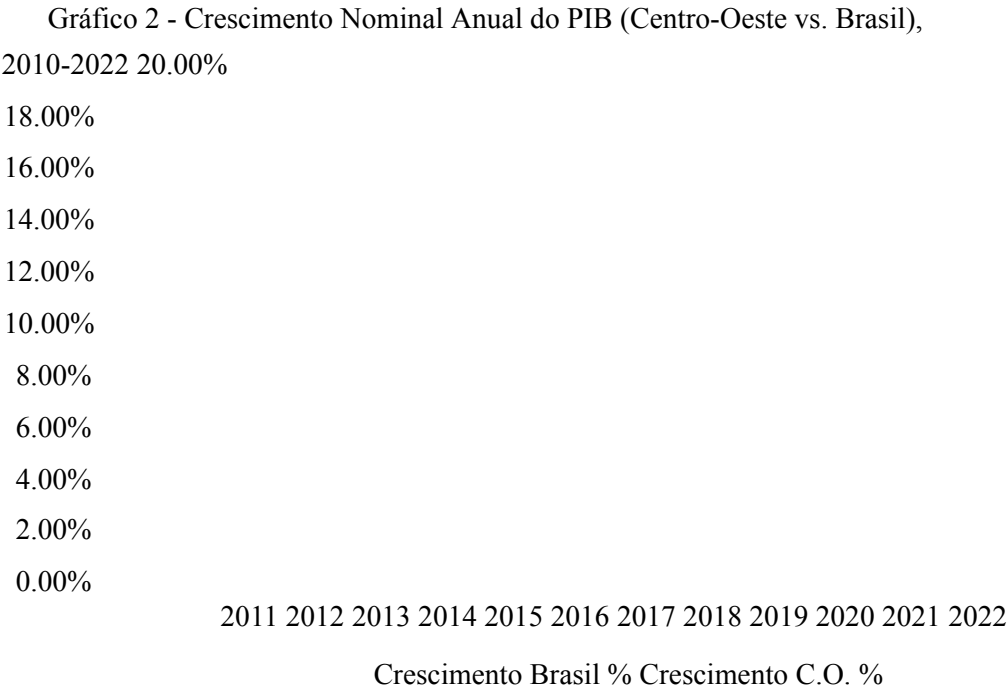


Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2025.

É importante notar que, em anos específicos de forte crescimento nominal nacional, como 2013 (10,73%), 2018 (5,49%) e 2021 (18,43%), o crescimento percentual do Brasil foi superior ao do Centro-Oeste (IBGE, 2025). Contudo, o "descolamento" da região fica evidente não nos anos de crescimento generalizado, mas na análise dos períodos de arrefecimento ou crise macroeconômica. A economia do Centro-Oeste demonstrou uma resiliência significativamente maior que a média brasileira, sustentando um dinamismo próprio quando o restante do país desacelerava.

A evidência mais clara dessa resiliência surge em cenários macroeconômicos adversos para o país, com destaque para a recessão econômica do biênio 2015-2016. Este período é documentado como a pior contração acumulada da economia brasileira desde 1948 (Singer, 2018). Nesses anos, enquanto a economia brasileira registrava crescimentos nominais modestos de 3,75% (2015) e 4,56% (2016), o Centro-Oeste avançava em um ritmo muito mais forte, com 6,84% e 9,20%, respectivamente (IBGE, 2025). A capacidade de crescer nominalmente quase o dobro da média nacional em um período de profunda recessão real demonstra uma dinâmica econômica regional menos vulnerável aos fatores que impactaram o país. A diferença no ritmo de crescimento, especialmente em períodos de crise, é visualizada no Gráfico 2.

51



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2025.

Da mesma forma, no ano de 2020, marcado pelo choque inicial da pandemia de COVID 19, outro cenário adverso global e nacional, a economia brasileira cresceu nominalmente 2,98%. Em contraste, a do Centro-Oeste expandiu 8,19%, uma taxa quase três vezes superior (IBGE, 2025). Portanto, os dados do PIB no período de 2010 a 2022 confirmam que o Centro Oeste vivenciou um ciclo de expansão robusta, cuja principal característica foi a resiliência e o descolamento da média nacional em momentos de crise.

A análise do Produto Interno Bruto (PIB) per capita reforça, de maneira ainda mais contundente, o descolamento regional. Os dados demonstram que a riqueza gerada no Centro Oeste, quando dividida por sua população, é estruturalmente superior à média brasileira. Já em

2010, o PIB per capita regional (R\$ 25.253,47) era 23,9% superior ao nacional (R\$ 20.371,64). Essa vantagem se sustenta, e se amplia, ao longo do período analisado, atingindo um pico em 2022, quando a renda per capita do Centro-Oeste (R\$ 65.650,96) foi 32,2% maior que a do Brasil (R\$ 49.638,29) (IBGE, 2025). A tendência observada nos demais pontos da série é inequívoca, confirmando um ciclo de expansão robusta que se traduz em maior riqueza relativa por habitante. A Tabela 1 detalha os valores nominais que confirmam essa tendência.

52

Tabela 1 - Comparativo PIB per capita do Brasil e Centro-Oeste em (R\$) (2010-2022)
Ano Relação C.O. / Brasil (%)

Brasil	Centro-Oeste
20.371,64	25.253,47
22.734,56	28.082,27
24.779,53	30.781,99
26.445,72	32.322,31
28.500,00	35.653,00
29.326,33	37.542,83
30.411,30	40.412,00
31.702,00	41.557,00
33.594,00	43.200,00
35.162,00	44.876,00
35.935,74	60.750,09
42.247,52	57.065,47
49.638,29	65.650,96

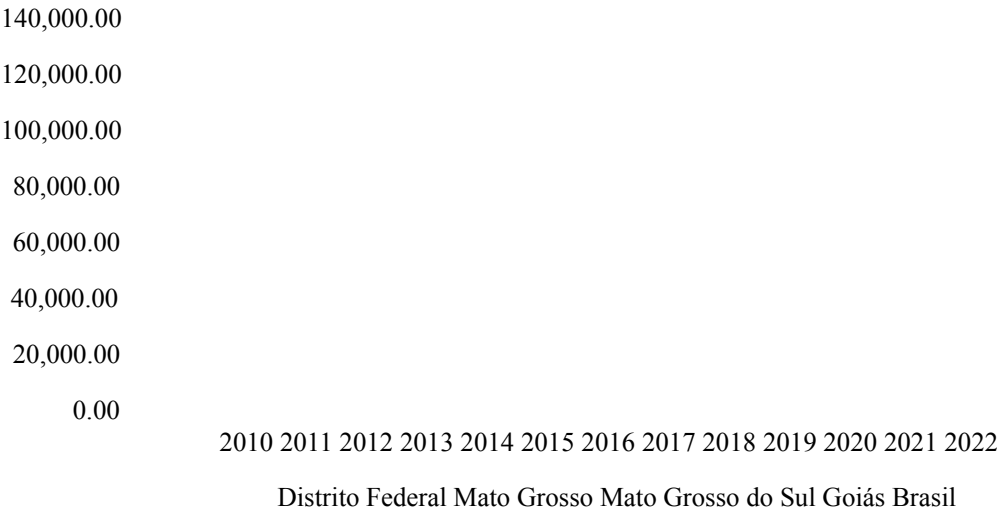
2010 123,96%
2011 123,52%
2012 124,22%
2013 122,22%
2014 125,10%
2015 128,02%
2016 132,88%
2017 131,08%
2018 128,59%
2019 127,63%
2020 169,05%
2021 135,07%
2022 132,26%

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2025.

Contudo, desagregando este dado regional, percebe-se que a média do Centro-Oeste mascara profundas heterogeneidades internas. O desempenho agregado da região é

desproporcionalmente influenciado pelo Distrito Federal (DF), cuja economia singular, baseada no setor público e em serviços de alto valor agregado, o posiciona como uma exceção nacional (Cruz *et al*, 2018). O PIB per capita do DF (R\$ 56.250,67 em 2010) inicia o período sendo mais que o dobro da média nacional e mantém essa trajetória de excepcionalidade, alcançando R\$ 116.713,39 em 2022 (IBGE, 2025). Esse valor, que infla estatisticamente a média regional, não reflete a realidade produtiva dos demais estados, que são majoritariamente baseados no agronegócio. O Gráfico 3 decompõe essa média regional e ilustra as diferentes realidades das Unidades da Federação.

Gráfico 3 - Evolução do PIB per capita por Unidade da Federação da região Centro-Oeste e Brasil (2010-2022)



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2025.

A verdadeira dinâmica de crescimento acelerado é observada nos estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). Ambos iniciam o período em 2010 com um PIB per capita (R\$ 18.657,31 e R\$ 19.300,48, respectivamente) inferior à média nacional (R\$ 20.371,64) (IBGE, 2025). No entanto, impulsionados pela forte expansão da agroindústria, esses estados apresentam um crescimento que os faz ultrapassar e se descolar significativamente do Brasil ao longo da década (Pires, 2019). Em 2022, o PIB per capita de MT (R\$ 69.838,85) e MS (R\$ 60.364,69) superam com grande vantagem a média nacional (R\$ 49.638,29), demonstrando um ciclo de enriquecimento próprio.

Goiás, por sua vez, apresenta um padrão distinto. A renda per capita goiana acompanha de perto a média brasileira, mas permanece consistentemente abaixo dela durante quase todo o período analisado (R\$ 17.783,32 em 2010; R\$ 45.156,04 em 2022) (IBGE, 2025). Em suma, os dados do PIB per capita confirmam o descolamento do Centro-Oeste, mas qualificam sua natureza. O alto desempenho regional em seu PIB per capita não é um fenômeno homogêneo,

é o resultado da combinação de dois vetores distintos: a riqueza elevada do Distrito Federal e o crescimento dinâmico e acelerado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para aprofundar a análise do desempenho macroeconômico será utilizado o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br para o Brasil e IBCR-CO para o Centro Oeste), que funcionam como uma aproximação mensal do PIB (Banco Central do Brasil, 2018). Os dados brutos utilizam a base de cálculo do Banco Central (2022=100), o que é útil para análises conjunturais, mas dificulta a comparação da trajetória de crescimento acumulado desde o início do período de estudo. Para corrigir essa distorção analítica e permitir uma comparação direta das trajetórias de crescimento, foi realizada uma calibragem metodológica. Este processo utiliza a média do ano de 2010 como novo ponto de partida (Base 2010=100). Os resultados deste novo cálculo estão detalhados na Tabela 2.

54

Tabela 2 - Índices de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil 2010=100, IBC-Br e IBCR CO (2010-2023)

<u>Ano IBCR-CO</u>	
IBC-Br	
100,00	
103,12	
104,02	
106,97	
106,62	
102,16	
97,80	
98,87	
100,12	
100,96	
96,97	
101,18	
103,91	
106,86	

2010 100,00 2011 105,97 2012 111,35 2013 116,63 2014 119,33 2015 117,04 2016 113,42 2017 115,18 2018 116,62 2019 118,70 2020 117,49 2021 120,25 2022 126,76 2023 135,35 Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central do Brasil, 2025.

A Tabela 2 expõe o fenômeno do descolamento de forma clara. Ao longo dos 13 anos analisados (2010-2023), a economia brasileira como um todo apresentou um crescimento acumulado modesto, com o IBC-Br subindo de 100,00 para 106,86, um avanço de apenas 6,86%. Em contraste, a atividade econômica do Centro-Oeste demonstrou um dinamismo muito superior, com o IBCR-CO saltando de 100,00 para 135,35 no mesmo período (Banco Central do Brasil, 2025). Esse crescimento acumulado de 35,35%, mais de cinco vezes superior ao da média nacional, comprova que a região vivenciou um ciclo de expansão significativamente mais robusto. O Gráfico 4 demonstra o descolamento entre as duas trajetórias de atividade econômica.

Gráfico 4 - Evolução dos Índices de Atividade (IBCR-CO vs. IBC-Br), base 2010=100 (2010-2023)



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central do Brasil, 2025.

O descolamento não se limita à taxa de crescimento, mas se manifesta de forma ainda mais clara na resiliência durante crises. Durante a recessão nacional de 2015-2016, a economia brasileira sofreu uma contração severa, o IBC-Br, que havia atingido 106,62 em 2014, despencou para 97,80 em 2016. Isso significa que a atividade econômica nacional regrediu para um nível inferior ao de 2010. Embora o Centro-Oeste também tenha sentido o impacto, sua retração foi muito menor (de 119,33 para 113,42), mantendo-se mais de 13 pontos percentuais acima do seu nível inicial de 2010 (Banco Central do Brasil, 2025).

Essa resiliência regional foi ainda mais evidente durante o choque da pandemia de 2020. A economia nacional (IBC-Br) novamente sofreu um forte golpe, caindo de 100,96 em 2019 para 96,97 em 2020, mais uma vez abaixo do patamar de 2010. No mesmo período, a

atividade econômica do Centro-Oeste (IBCR-CO) demonstrou notável estabilidade, registrando uma queda mínima de 118,70 para 117,49 (Banco Central do Brasil, 2025). Isso sugere que os motores econômicos da região foram menos afetados pelas paralisações. Conclui-se, portanto, que os índices de atividade econômica validam as conclusões da análise do PIB: o Centro-Oeste não apenas cresceu mais rápido que o Brasil, mas também se mostrou estruturalmente mais resiliente às crises nacionais.

Em síntese, os indicadores macroeconômicos analisados nesta seção (PIB, PIB per capita e IBCR-CO) validam de forma consistente o argumento de que o Centro-Oeste demonstrou um claro descolamento da média nacional no período de 2010 a 2023. A região não apenas expandiu sua participação no PIB nacional, mas também apresentou um crescimento de atividade econômica (IBCR-CO) cinco vezes superior ao do Brasil, com uma resiliência notavelmente maior durante as crises de 2015-2016 e 2020. Fica, portanto, estabelecido que a região vivenciou um ciclo de expansão robusta, sendo que na próxima etapa da análise, será investigado como a relação comercial com o Mercosul se insere nessa trajetória.

4.2.2 Fluxos, saldo e volatilidade do comércio entre Centro-Oeste e Mercosul Estabelecido o panorama macroeconômico de expansão, torna-se necessário investigar se esse dinamismo regional se traduziu em uma relação comercial igualmente robusta com o Mercosul. Esta seção volta-se, portanto, para os dados empíricos de comércio exterior, analisando a evolução dos fluxos de exportação e importação (2010-2023) e o comportamento do saldo comercial. A Tabela 3 apresenta os dados brutos de exportação, importação e saldo comercial da região com o bloco.

Tabela 3 - Fluxo comercial Centro-Oeste e Mercosul com valores em (USD) FOB (2010-2023) Ano Saldo Comercial

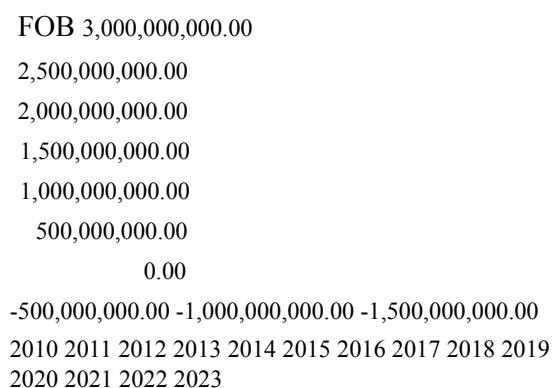
Exportações	Importações
440.517.882,00	302.746.341,00
895.909.088,00	425.129.686,00
454.062.431,00	481.728.964,00
559.858.358,00	444.233.320,00
675.652.332,00	479.480.855,00
355.523.212,00	331.866.183,00
320.443.691,00	309.989.430,00
457.207.649,00	302.368.190,00
663.894.215,00	307.328.511,00

502.336.780,00	306.914.484,00
465.750.821,00	356.837.641,00
456.444.189,00	1.524.513.508,00
623.377.425,00	499.750.029,00
2.337.112.471,00	313.181.084,00

2010 137.771.541,00 2011 470.779.402,00 2012 -27.666.533,00 2013 115.625.038,00 2014 196.171.477,00 2015 23.657.029,00 2016 10.454.261,00
2017 154.839.459,00 2018 356.565.704,00 2019 195.422.296,00 2020 108.913.180,00 2021 -1.068.069.319,00
2022 123.627.396,00 2023 2.023.931.387,00 Fonte: Elaboração própria com dados do Brasil, 2025.

A análise dos dados do fluxo comercial entre o Centro-Oeste e o Mercosul, apresentados na Tabela 3, revela uma relação marcada por forte instabilidade, em vez de uma trajetória de crescimento linear. As exportações da região para o bloco demonstram alta volatilidade ao longo do período. Após atingirem um pico inicial de US\$ 895,9 milhões em 2011, os valores caíram 49% no ano seguinte (US\$ 454,0 milhões). Esta flutuação se acentuou no biênio 2015- 2016, quando os fluxos de exportação atingiram seus pontos mais baixos, com US\$ 355,5 milhões e US\$ 320,4 milhões, respectivamente. As importações, por sua vez, apresentaram relativa estabilidade durante a primeira década, oscilando predominantemente na faixa entre US\$ 300 milhões e US\$ 480 milhões, antes que um evento atípico, notadamente a pandemia de COVID-19, alterasse drasticamente esse padrão (Brasil, 2025). O Gráfico 5 ilustra a alta volatilidade e os picos pontuais detalhados na tabela.

Gráfico 5 - Fluxo Comercial entre Centro-Oeste e Mercosul com valores em dólar (USD)



Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC, 2025.

Exportações Importações Saldo Comercial

O comportamento do saldo comercial reflete diretamente essa volatilidade. Embora o Centro-Oeste tenha mantido um superávit na maior parte da série histórica, esse resultado não foi consistente. Já em 2012, a balança comercial registrou um déficit de US\$ 27,6 milhões, indicando a fragilidade da posição superavitária. A anomalia mais significativa, no entanto, ocorreu em 2021. Naquele ano, o saldo comercial reverteu-se abruptamente de um superávit de US\$ 108,9 milhões em 2020 para um déficit recorde de US\$ 1,06 bilhão, o maior desequilíbrio negativo de toda a série (Brasil, 2025). Este evento foi seguido por uma rápida recuperação do superávit em 2022 (US\$ 123,6 milhões). Esse desequilíbrio foi agravado pela necessidade de importação emergencial de energia elétrica e insumos durante a crise logística global, demonstrando que a integração regional serviu como uma rede de segurança para o abastecimento em momentos de escassez (Insper, 2021).

A natureza atípica e reativa do comércio regional é confirmada pelas duas maiores anomalias da série. A primeira é o pico de importações em 2021, momento em que as compras do Centro-Oeste, que historicamente se mantiveram abaixo de US\$ 500 milhões anuais, saltaram para US\$ 1,52 bilhão. Este aumento de 327% em relação ao ano anterior (US\$ 356,8 milhões) foi o fator determinante para o déficit bilionário. A segunda anomalia é o pico de exportações em 2023, quando as vendas da região, que haviam retornado a um patamar de US\$ 623,3 milhões em 2022, dispararam para um recorde histórico de US\$ 2,33 bilhões (Brasil, 2025). Este valor, quase quatro vezes superior ao do ano anterior, gerou, por sua vez, um superávit recorde de US\$ 2,02 bilhões. Essa disparada atípica revela que o arcabouço de livre comércio (ACE-18) funcionou, neste caso, como um mecanismo de contingência ativado por choques de oferta externos, especificamente a quebra de safra na Argentina devido à seca, e não como um crescimento estrutural da demanda (Agência Brasil, 2023).

Em suma, os dados de fluxo e saldo do período 2010-2023 demonstram que a relação comercial entre o Centro-Oeste e o Mercosul não apresenta uma tendência estrutural de crescimento. Em vez de uma expansão linear, a corrente de comércio é caracterizada por uma acentuada volatilidade, com alternância entre períodos de superávit e déficit. Os fluxos parecem ser definidos menos por uma integração comercial estável e mais por eventos pontuais e atípicos, como os picos observados na importação (2021) e na exportação (2023). Esses eventos, que se destacam da média histórica, indicam uma relação de natureza conjuntural e reativa, influenciada por eventos específicos.

4.2.3 A descoberta principal: a tímida relevância estrutural do bloco A seção anterior demonstrou que o fluxo comercial entre o Centro-Oeste e o Mercosul é caracterizado pela volatilidade e por picos reativos, em vez de um crescimento estável. Contudo, para compreender verdadeiramente o papel do bloco no desempenho econômico regional, é preciso ir além das flutuações anuais e medir sua importância estrutural. Esta seção avança para o principal achado empírico do trabalho, quantificando a relevância do Mercosul para o Centro-Oeste. Para isso, será feita uma análise de participação, comparando a fatia que o bloco representa nas exportações totais da região com a participação que o mesmo bloco ocupa nas exportações totais do Brasil.

Para executar essa análise comparativa, as tabelas a seguir calculam a participação relativa (em termos percentuais) do Mercosul como destino das exportações. A Tabela 4 detalha os dados do Centro-Oeste (comparando o fluxo para o Mercosul com o fluxo total para o Mundo), enquanto a Tabela 5 apresenta o mesmo cálculo para o Brasil como um todo. A justaposição desses dois conjuntos de dados permite uma comparação direta das trajetórias.

Tabela 4 - Análise de participação do Mercosul nas exportações do Centro-Oeste em milhões de USD (2010-2023)

		Ano % Mercosul no C.O.
Exp. C.O. para Mercosul	Exp. C.O. para Mundo	
440,5	15.541,3	
895,9	20.705,8	
454,0	25.557,5	
559,8	28.335,0	
675,6	27.286,7	
355,5	23.941,0	
320,4	22.752,9	
457,2	26.666,2	
663,8	29.976,5	
502,3	29.743,6	
465,7	32.362,3	
456,4	38.121,0	
623,3	55.233,7	
2.337,1	57.136,8	

2010 2,8% 2011 4,3% 2012 1,8% 2013 2,0% 2014 2,5% 2015 1,5% 2016 1,4% 2017 1,7%
 2018 2,2% 2019 1,7% 2020 1,4% 2021 1,2% 2022 1,1% 2023 4,1% Fonte: Elaboração

A análise dos dados da Tabela 4 revela imediatamente a principal descoberta empírica deste trabalho. A participação do Mercosul no comércio exterior do Centro-Oeste mostra-se numericamente contida. Como detalhado na tabela, a fatia destinada ao bloco é estruturalmente baixa, situando-se abaixo de 3% em nove dos quatorze anos analisados. Essa participação, que já era de 2,8% em 2010, atingiu seus níveis percentuais mais baixos no biênio 2021-2022. Esse período coincidiu com a forte expansão da produção regional, e o bloco absorveu uma parcela

59

limitada de sua produção (Brasil, 2025). Isso indica que, mesmo durante o ciclo de expansão da região, o bloco sul-americano absorveu uma fração reduzida de sua produção total. Essa marginalidade estatística se justifica pelo fato de que os canais de transmissão mais dinâmicos do bloco, como o ACE-14 automotivo, foram desenhados para integrar cadeias industriais, não se adaptando com a mesma eficácia à vocação produtiva primária que domina a pauta do Centro-Oeste (Aladi, 1990; Pires, 2019).

Esta participação regional mais restrita contrasta de forma evidente com o padrão nacional, detalhado na Tabela 5. Conforme os dados nacionais, o Mercosul representou um destino de maior importância estratégica para o Brasil como um todo, especialmente na primeira metade do período. O bloco absorveu consistentemente uma fatia superior a 9% das exportações nacionais, atingindo picos de 11,3% em 2010 e 11,0% em 2011. Embora essa relevância nacional tenha diminuído após 2019, caindo para a faixa de 5,9% a 6,9% (Brasil, 2025), ela permanece, em média, de duas a cinco vezes superior à participação observada no Centro-Oeste. Isso demonstra uma clara diferença na vocação exportadora entre a região e o país.

Tabela 5 - Análise de participação do Mercosul nas exportações do Brasil em milhões de USD (2010- 2023)

Ano % Mercosul no Brasil	
Exp. Brasil para Mercosul	Exp. Brasil para Mundo
22.585,7	200.434,1
27.843,2	253.666,3
22.788,3	239.952,5
24.680,1	232.544,2
20.416,0	220.923,2
17.993,2	186.782,3
18.382,0	179.526,1

22.613,1	214.988,1
20.832,5	231.889,5
14.749,1	221.126,8
12.402,9	209.180,2
16.990,0	280.814,5
21.764,0	334.136,0
23.561,7	339.695,7

2010 11,3% 2011 11,0% 2012 9,5% 2013 10,6% 2014 9,2% 2015 9,6% 2016 10,2% 2017 10,5% 2018 9,0% 2019 6,7% 2020 5,9% 2021 6,0% 2022 6,5% 2023 6,9% Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC, 2025.

Os próprios picos de volatilidade, discutidos na seção 4.2.2 e detalhados na Tabela 4, reforçam essa conclusão de relevância estrutural mais limitada. O pico de exportação de 2011, quando o C.O. enviou US\$ 895,9 milhões ao bloco, representou apenas 4,3% do total exportado pela região naquele ano.

Da mesma forma, o pico anômalo de 2023, que atingiu US\$ 2,33 bilhões, representou somente 4,1% do destino total das vendas regionais (Brasil, 2025). Fica demonstrado, portanto,

60

que o Mercosul representa um destino de menor peso estrutural para a produção exportadora do Centro-Oeste. A economia da região, em seu volume agregado, está fundamentalmente voltada para o mercado global, com menor foco no bloco sul-americano.

4.2.4 O perfil da troca e o descompasso das pautas

A análise qualitativa da pauta de exportação é fundamental para compreender a natureza da relação entre o Centro-Oeste e seus parceiros do bloco. Os dados de comércio exterior sugerem um padrão duplo que caracteriza a inserção internacional da região. O perfil de exportação do Centro-Oeste para o mundo é fundamentalmente diferente do perfil de exportação do Brasil como um todo para o Mercosul. O primeiro é centrado em commodities de origem agrícola, enquanto o segundo é focado em produtos manufaturados (Brasil, 2025). Para estabelecer o perfil natural da região, será analisado primeiro sua pauta de exportação total para o mundo.

A Tabela 6 demonstra a especialização produtiva do Centro-Oeste. A identidade exportadora da região para o mercado global é dominada por produtos de baixo valor

agregado, frutos de sua consolidada vocação para o agronegócio, como discutido no capítulo 3 deste trabalho (Pires, 2019). Os três produtos mais exportados, sementes oleaginosas (capítulo 12, majoritariamente soja), cereais (capítulo 10, majoritariamente milho) e resíduos da indústria alimentar (capítulo 23, majoritariamente farelo de soja), somam mais de 221 bilhões de dólares no período (Brasil, 2025). Estes itens são a força motriz da balança comercial regional, destinados primariamente a mercados asiáticos, principalmente a China (Brasil, 2025).

Tabela 6 - Top 10 Produtos exportados do Centro-Oeste para o Mundo com valores em US\$ FOB (2010-2023)

		Ranking	Valor Total
	Código SH2	Descrição SH2	(2010-2023)
1 US\$	12	Sementes e frutos oleaginosos (Soja)	116.427.337.133 2
US\$	10	Cereais (Milho)	62.374.250.580 3
US\$	23	Resíduos das indústrias alimentares (Farelo)	42.912.943.212 4
US\$	02	Carnes e miudezas, comestíveis	31.316.238.837 5
US\$	52	Algodão	26.051.895.307 6
US\$	47	Pastas de madeira ou de outras matérias	15.103.409.240 7
US\$	17	Açúcares e produtos de confeitaria	14.849.270.750 8
US\$	72	Ferro fundido, ferro e aço	10.795.198.730 9
US\$	26	Minérios, escórias e cinzas	10.698.103.428 10
US\$	15	Gorduras e óleos animais ou vegetais	10.042.357.688

Fonte: com 2025. 61

Elaboração própria dados do MDIC,

Seguindo a tendência especialização

de

primária, o quarto e o quinto lugares são ocupados por carnes (capítulo 02) e algodão (capítulo 52), ambos produtos de baixo processamento. Mesmo itens que passam por uma transformação industrial, como pastas de madeira ou celulose (capítulo 47) e açúcares (capítulo 17), são negociados internacionalmente como commodities industriais (Freitas; Santos, 2017). Estes produtos são vendidos em larga escala com base em especificações padronizadas e preços internacionais, diferindo de bens manufaturados complexos que competem por diferenciação de marca ou tecnologia (Freitas; Santos, 2017). Este perfil de alta especialização garante ao Centro-Oeste superávits comerciais robustos, mas também expõe a região a uma maior volatilidade de preços e a uma demanda global concentrada em poucos parceiros. Neste ponto, vale ressaltar que a sétima posição ocupada pelo açúcar no ranking global atesta a alta competitividade deste setor regional, uma vantagem comparativa que, contudo, não se reverte em acesso ao mercado do bloco devido às exclusões normativas analisadas na seção 4.1.3.

Em contrapartida, a principal corrente de comércio do Brasil com seus vizinhos do

Mercosul não se baseia em produtos agrícolas. A Tabela 7 ilustra o perfil de exportação do Brasil para o bloco, revelando uma pauta majoritariamente industrial e de maior valor agregado. O destaque se dá com o capítulo 87 (veículos automóveis), que representa mais de 83 bilhões de dólares no período. Este setor é o pilar da integração produtiva do Mercosul, especialmente no eixo Brasil-Argentina, caracterizando um intenso comércio intrabloco industrializado. Diferente da soja, os automóveis são produtos complexos que sustentam uma vasta cadeia de suprimentos regional (Baumann, 2013).

Tabela 7 - Top 10 Produtos exportados do Brasil para o Mercosul com valores em US\$ FOB (2010-2023)

Código SH2	Descrição SH2	Ranking Valor Total
87	Veículos automóveis	(2010-2023)
84	Reatores e Máquinas	
27	Combustíveis minerais, óleos minerais	
85	Máquinas e Aparelhos elétricos	
39	Plásticos e suas obras	
72	Ferro fundido, ferro e aço	
26	Minérios, escórias e cinzas	
48	Papel e cartão, obras de pasta de celulose	
40	Borracha e suas obras	
38	Produtos diversos das indústrias químicas	

1 US\$ 83.381.355.520 2 US\$ 28.053.914.437 3 US\$ 16.661.393.608 4 US\$ 14.614.414.057 5 US\$ 13.878.600.732 6 US\$ 10.788.579.339 7 US\$ 9.799.340.055 8 US\$ 8.020.817.056 9 US\$ 7.174.542.550 10 US\$ 5.510.859.859 Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC, 2025.

62

A natureza industrial da demanda do Mercosul é reforçada pelos produtos subsequentes na classificação. Itens como reatores e máquinas (capítulo 84), máquinas e aparelhos elétricos (capítulo 85) e plásticos (capítulo 39) indicam um forte intercâmbio de bens de capital, insumos industriais e bens de consumo duráveis (Brasil, 2025). Mesmo os produtos de origem primária que aparecem na lista, como combustíveis minerais (capítulo 27) e minérios (capítulo 26), funcionam primariamente como insumos energéticos e matérias-primas essenciais para o parque industrial dos países membros (Andrade *et al.*, 1996). Esta comparação estabelece o descompasso central, pois a principal vocação do Centro-Oeste não parece se alinhar com a principal demanda do Mercosul.

A análise da pauta específica das exportações do Centro-Oeste para o Mercosul,

detalhada na Tabela 8, revela um perfil comercial híbrido e estrategicamente distinto. Esta pauta não é uma simples réplica do perfil global da região, tampouco uma cópia da pauta industrial do Brasil para o bloco. O capítulo 12 (sementes oleaginosas) aparece na primeira posição, impulsionado por um valor agregado significativo. Embora este produto seja a principal exportação da região para o mundo, sua posição de liderança no comércio com o Mercosul no período analisado se deve a choques exógenos, neste caso, a seca argentina de 2023 mencionada anteriormente (Brasil, 2025; Agência Brasil, 2023). Com isso, nota-se que a tarifa zero do ACE

18 tem impacto limitado em condições normais, visto que a região compete diretamente com a produção da Argentina e Paraguai no mercado global, o que desincentiva uma demanda estrutural constante dos vizinhos pelo grão brasileiro (Freitas; Santos, 2017).

Tabela 8 - Top 10 Produtos exportados do Centro-Oeste para o Mercosul com valores em US\$ FOB (2010-2023)

		Ranking Valor Total	
Código SH2	Descrição SH2	(2010-2023)	
12	Sementes e frutos oleaginosos (Soja)	1 US\$ 2.752.909.879	2 US\$ 2.056.227.152
26	Minérios, escórias e cinzas	3 US\$ 1.311.967.395	4 US\$ 840.490.958
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos...	5 US\$ 652.190.520	6 US\$ 512.143.115
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas...	7 US\$ 494.402.683	8 US\$ 341.208.095
41	Peles, exceto as peles com pelo, e couros	9 US\$ 326.929.484	10 US\$ 312.253.391
02	Carnes e miudezas, comestíveis	Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC, 2025.	
10	Cereais (Milho)		
23	Resíduos das indústrias alimentares		
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais		
31	Adubos (fertilizantes)		

De forma mais estrutural, o segundo item mais relevante, minérios (capítulo 26), é um produto primário de natureza industrial, composto majoritariamente por minério de ferro extraído em Mato Grosso do Sul. Este produto é escoado pela hidrovía Paraguai-Paraná e destinado, em grande parte, para suprir a demanda da indústria siderúrgica em países como a Argentina e o Uruguai (Governo de Mato Grosso do Sul, 2025; Andrade *et al.*, 1996). Além disso, peles e couros (capítulo 41) e carnes (capítulo 02) marcam presença significativa (Brasil, 2025). Estes dados mostram que o Mercosul funciona como um mercado relevante para produtos primários e semi-industrializados do Centro-Oeste que se encontram fora do eixo principal do "Complexo Soja" (Freitas; Santos, 2017).

O aspecto mais estratégico desta pauta, contudo, surge na terceira e quarta posição, com veículos (capítulo 87) e máquinas e reatores (capítulo 84). A presença destes dois itens, que são os pilares da pauta industrial geral do Brasil para o Mercosul, é o diferencial fundamental. Este fato demonstra que o Centro-Oeste não é apenas um fornecedor de commodities para os vizinhos. A região, impulsionada por polos industriais específicos, como o automotivo e metalmeccânico em Goiás, participa ativamente das cadeias de valor manufatureiras do bloco, exportando produtos de maior complexidade para os parceiros sul-americanos (IMB, 2024). Diferentemente das commodities, a exportação destes manufaturados depende vitalmente das margens de preferência e do comércio gerenciado pelo ACE-14, sem os quais esses produtos teriam dificuldade de competir em mercados abertos (Baumann, 2013).

Enquanto o mercado global, liderado pela China, demanda do Centro-Oeste principalmente soja e milho, o Mercosul absorve produtos de maior complexidade (Brasil, 2025). A pauta de exportação do Centro-Oeste para o Mercosul é, portanto, a mais diversificada, uma vez que o bloco cumpre um papel duplo. Ele absorve uma gama de produtos primários e semi-industrializados, como minérios (26), carnes (02) e couros (41), e, ao mesmo tempo, oferece o principal destino para os produtos manufaturados complexos da região (87 e 84), que teriam maior dificuldade de competir em outros mercados globais.

O descompasso entre as pautas de exportação é real, mas ele é a chave para entender o papel estratégico do Mercosul para o Centro-Oeste. O bloco não se alinha, de fato, com a vocação principal do agronegócio regional, que é a exportação de grãos em larga escala para o mercado global. A verdadeira relevância do Mercosul não está em absorver a produção massiva de soja ou milho da região. Tentar forçar essa exportação, especialmente para a Argentina, não seria uma estratégia comercial viável em condições normais de mercado, visto que o país vizinho é um concorrente direto no escoamento dos grãos (Freitas; Santos, 2017).

64

Em suma, o valor do bloco para a região está em servir como o destino primário para sua diversificação industrial. O Mercosul oferece um mercado de proximidade, com preferências tarifárias e integração logística, que permite às indústrias de veículos e máquinas instaladas na região, especialmente em Goiás, competir e exportar (Baumann, 2013). Sem o Mercosul, a pauta de exportação do Centro-Oeste seria quase inteiramente dependente de commodities agrícolas e minerais, tornando a economia regional ainda mais vulnerável a choques de preços internacionais e à demanda de poucos compradores (Freitas; Santos, 2017). O bloco, portanto, funciona como um pilar essencial para a incipiente, mas crescente, complexidade econômica do Centro-Oeste.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa dedicou-se a analisar a influência do Mercosul no desempenho econômico da região Centro-Oeste do Brasil entre 2010 e 2023 sob a premissa de que a integração regional impacta de forma heterogênea os territórios nacionais. A análise dos dados permitiu confirmar o fato macroeconômico de que a região vivenciou um descolamento positivo em relação à média brasileira ao apresentar maior crescimento e resiliência durante as crises

nacionais. Contudo, a resposta ao problema de pesquisa revela que esse dinamismo econômico não foi impulsionado estruturalmente pelo bloco regional, visto que ficou demonstrado que o Mercosul possui uma tímida relevância estrutural para o Centro-Oeste ao absorver historicamente uma parcela marginal das exportações regionais que frequentemente se situa abaixo de 3% do total. Essa constatação evidencia que a integração regional não exerce a função de motor da expansão do agronegócio local, dinâmica que é impulsionada, de fato, pela demanda global e especialmente pelos mercados asiáticos.

Apesar da baixa relevância quantitativa, a pesquisa identificou uma qualidade estratégica vital na relação com o bloco que atua como um recurso para situações de emergência. A volatilidade dos fluxos comerciais evidenciou que o arcabouço normativo do Mercosul, especificamente o Acordo de Complementação Econômica nº 18, funciona como uma rede de segurança ativada em momentos de choque de oferta e demanda. Os picos atípicos de exportação em 2023 causados pela seca na Argentina e de importação em 2021 devido à crise energética e logística provam que as instituições do bloco garantem a segurança jurídica necessária para o abastecimento emergencial. Assim, a integração cumpre a função institucionalista de reduzir custos de transação e incertezas e permite que a região mitigue os efeitos de crises externas e internas por meio do comércio com os vizinhos.

Uma das críticas centrais levantadas pelo estudo recai sobre o descompasso entre a vocação produtiva da região e a estrutura normativa do bloco. O desenho original dos acordos priorizou a integração das cadeias industriais do eixo Brasil-Argentina e apresenta limitações para a pauta agroexportadora do Centro-Oeste. A exclusão explícita do setor sucroalcooleiro do livre comércio impede que um dos produtos mais competitivos da região se beneficie do mercado ampliado. Somado a isso, a concorrência direta com a Argentina na produção de soja e milho esvazia o potencial de criação de comércio para as commodities e limita a integração a uma disputa por mercados terceiros em vez de promover uma complementaridade regional.

Além disso, uma qualidade inegável do Mercosul para o Centro-Oeste é o seu papel como mercado preferencial para a indústria. A análise da pauta exportadora revelou um fenômeno singular no qual a região vende produtos primários para o mundo, mas exporta bens de alto valor agregado como veículos e máquinas para o bloco. O Acordo de Complementação Econômica nº 14 e a política automotiva garantem um mercado protegido para a produção industrial de Goiás que teria dificuldades de competir em mercados globais abertos. Nesse sentido, o Mercosul é essencial para evitar a reprimarização absoluta da economia regional ao sustentar nichos industriais que geram empregos de maior qualificação e preservam a complexidade econômica local.

Diante disso, observa-se que as limitações do bloco se manifestam na incapacidade de gerar novas dinâmicas para além do comércio gerenciado industrial. Esse cenário sugere que o bloco carece de atualizações que contemplem a nova geografia econômica do Brasil, cuja produção de riqueza se deslocou significativamente para o Centro-Oeste nas últimas décadas. A estagnação da relevância percentual do Mercosul para a região ao longo da última década indica que o modelo de integração atual atingiu um limite, agravado pela paralisia na agenda negociadora e pela ausência de novos acordos estruturantes. Sem a celebração de novos tratados, a incorporação de novos setores ou o aprofundamento das cadeias de valor do agronegócio, a tendência é que o bloco permaneça como um parceiro secundário e superado pelo dinamismo das trocas com a Ásia.

Conclui-se, portanto, que a influência do Mercosul no Centro-Oeste é paradoxal por ser estatisticamente marginal, mas qualitativamente indispensável. O bloco não atua como o motor do crescimento quantitativo do PIB mas funciona como um estabilizador qualitativo da complexidade da pauta comercial. A cooperação intergovernamental provou-se eficaz ao manter canais institucionais abertos que são cruciais para a sobrevivência da indústria regional e para a segurança alimentar e energética em tempos de crise. O Mercosul para o Centro-Oeste não se configura como a principal alavanca de desenvolvimento, mas sim como um seguro estratégico e um mercado fundamental para sua produção de maior valor agregado.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Brasil e Argentina assinam acordo automotivo no âmbito do Mercosul**. Brasília: Agência Brasil, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-09/brasil-e-argentina-assinam-acordo-automotivo-no-ambito-do-mercosul>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- AGÊNCIA BRASIL. **Seca "sem precedentes" na Argentina atinge agricultores e economia**. Agência Brasil, Brasília, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-03/seca-sem-precedentes-na-argentina-atinge-agricultores-e-economia>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- ALADI. **Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE-14) entre Argentina e Brasil**. Montevideu: ALADI, 26 dez. 1990.
- ALADI. **Acordo de Complementação Econômica nº 18 (ACE-18) entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai**. Montevideu: ALADI, 23 jan. 1992.
- ALADI. **Protocolo Adicional nº 44 ao Acordo de Complementação Econômica nº 14**. Montevideu: Associação Latino-Americana de Integração, 2019.
- ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Mauricio da Silva; VIEIRA, José Ricardo Martins. **O mercado mundial de minério de ferro e a inserção brasileira**. Rio de Janeiro: BNDES, 1996.
- ARAUJO JR., José Tavares de; COSTA, Katarina Pereira da. Abertura comercial e inserção internacional: os casos do Brasil, China e Índia. In: BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e os demais BRICs: comércio e políticas**. Brasília: Ipea/Cepal, 2010. Cap. 3, p. 65-90.
- BALASSA, Bela. **The theory of economic integration**. Homewood, Ill.: R. D. Irwin, 1961.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Aspectos metodológicos e comparações dos comportamentos do IBC-Br e do PIB**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Regional**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, v. 18, 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores Econômicos Seleccionados (IBC-Br e IBCR-CO)**. Brasília: BCB, atualização semanal. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresseleccionados>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- BAUMANN, Renato. **Mercosul: avanços, dificuldades e perspectivas**. In: PINHEIRO, Letícia; ALMEIDA, Maria S. (Orgs.). **Integração regional na América do Sul: desafios e oportunidades**. Brasília: Editora UnB, 2013.
- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Comércio Exterior. **Tabela-Resumo Inco terms**. Brasília, DF: Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/7-negociacao-com-o-importador/tabela-resumo-incoterms-2020>. Acesso em: 18 out. 2025.

[integracao-regional/mercosul-1](#). Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Comex Stat**. Brasília: MDIC, 2025. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. 2008. Notas para curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 4, p. 831-851, dez. 2012.

CASTRO, César Nunes de. **A agropecuária na região Centro-Oeste: limitações ao desenvolvimento e desafios futuros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CONTEL, Fabio Betioli. **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)**. Terra Brasilis, n. 3, 2014. DOI: 10.4000/terrabrasilis.990. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>. Acesso em: 17 out. 2025.

CORDEIRO, Bruno. **Os impactos do Mercosul sobre o comércio: uma abordagem gravitacional**. Temas de Economia Aplicada, n. 38. São Paulo: IPE-USP, jun. 2016.

CRUZ, Bruno de Oliveira; SCHLABITZ, Clarissa Jahns; QUEIROZ, Iuri Vladimir. **Aspectos econômicos do Distrito Federal**. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal Codeplan, 2018.

CURZEL, Rosana. **Mercosul: custos e benefícios de diferentes acordos comerciais**. 2007.

FREITAS, Rogério Edivaldo; SANTOS, Gesmar Rosa dos. **Exportações do complexo soja milho-aves: concorrentes do Brasil e potenciais acordos bilaterais**. Radar, Brasília, DF, n. 53, p. 32-35, out. 2017.

FURTADO, Lucas Pereira; BARBOSA, Ycarim Melgaço. **A influência de um polo industrial na geração de empregos em um município: o caso de Anápolis-GO**. Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 3, n. 44, p. 368–394, dez. 2019.

GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. **Hidrovia viabiliza exportação de minério, conecta MS ao Uruguai e garante desenvolvimento regional**. Campo Grande: Governo de MS, 2025. Disponível em: <https://www.ms.gov.br/noticias/hidrovia-viabiliza-exportacao-de-minerio-conecta-ms-ao-uruguai-e-garante-desenvolvimento-regional>. Acesso em: 17 nov. 2025.

HAAS, Ernest B. **The uniting of Europe: political, social, and economic forces, 1950-1957**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.

HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary. **Multi-level governance and European integration**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

HURRELL, A. **On global order: power, values, and the constitution of international society**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Evolução da Divisão Territorial do Brasil**. Documentos para disseminação. Memória institucional 17. Rio de Janeiro. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **PIB: o que é, como se calcula e para que serve**. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.

Acesso em: 18 out. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Brasília: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 17 nov. 2025.

IMB. Instituto Mauro Borges De Estatísticas E Estudos Socioeconômicos. **Boletim de Comércio Exterior**: Análise do ano de 2023. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2024.

INSPER. **Crise energética**: impactos e oportunidades ao agronegócio brasileiro. Insper. Agro Global. São Paulo, out. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Trajetória do Mercosul e mudança de paradigmas e de posições da política externa brasileira**: começo virtuoso e crise recente – possíveis interpretações. Brasília: IPEA, 2015.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony**: cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**: world politics in transition. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. **O Brasil e o Mercosul: atores domésticos e oscilações da política externa nos últimos 30 anos**. Lua Nova, São Paulo, n. 112, p. 15–54, 2021.

MERCOSUL. **Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela no MERCOSUL**. São Paulo, 5 ago. 2017. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt/br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercotel>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MERCOSUL. **Países do MERCOSUL**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt/br/quem-somos/paises-do-mercotel>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MERCOSUL. **Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL**. Caracas, 4 jul. 2006. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-adhesion-de-la-republica-bolivariana-de-venezuela-al-mercotel>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MERCOSUL. **Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL**. Brasília, 17 jul. 2015. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-adhesion-del-estado-plurinacional-de-bolivia-al-mercotel>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MERCOSUL. Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul - **Protocolo de Ouro Preto**. Ouro Preto, 17 dez. 1994. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-ouro-preto/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MERCOSUL. Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental

70

do Uruguai - **Tratado de Assunção**. Assunção, 26 mar. 1991. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/tratado-asuncion-constitucion-mercado-comun/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MERCOSUL/CMC/DEC N° 03/94. **Restrições não tarifárias**. Assunção: Mercosul, 1994.

MERCOSUL/CMC/DEC Nº 06/96. **Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC**. Fortaleza: Mercosul, 17 dez. 1996.

MIRAGAYA, Júlio Flávio Gameiro. **O desempenho da economia na Região Centro-Oeste**. In: UM OLHAR territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste. Brasília: Codeplan, 2014.

MONTEIRO NETO, Aristides; GOMES, Gustavo Maia. **Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro: Recursos Públicos em Ação**. Brasília, DF: Ipea, 2000.

MORAES, Isaías Albertin de. **Revisitando o conceito de Desenvolvimento Econômico e a Escola de Pensamento do Desenvolvimentismo na Economia**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 26-47. 2023.

OLIVEIRA, Luciel Henrique de. **Comércio Exterior: fundamentos e organização**. São João da Boa Vista: Editora Universitária UNIFAE, 2021.

PERIDES, Paulo Pedro. **A divisão regional do Brasil de 1968: propostas e problemas**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v. 7, p. 87-94, 1994.

PIRES, Murilo José de Souza. **Estratégia de transformação econômica do Centro-Oeste: o caminho externo**. Ipea. Rio de Janeiro. 2019.

PORTO, Paulo C. de SÁ; CANUTO, Otaviano. **Uma avaliação dos impactos regionais do Mercosul usando dados em painel**. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 465-489, dez. 2004.

POYER, Maria da Graça; RORATTO, Renato Paulo. **Introdução ao comércio exterior**. Palhoça: UnisulVirtual, 2017.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

THORSTENSEN, Vera. Entrevista. **Revista Sapiencia**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 66-68, out./dez. 2013.

VELASCO, Lana Cavalcante. **Divisão regional do Brasil a partir da divisão regional do trabalho**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 7/8, n. 1/2, p. 117-135, jan./dez. 1987/1988.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.